

# Diário da Assembléia

N.ºs. 2.438/2.439/2.440

CURITIBA, 13, 14 e 15 DE ABRIL DE 1970

ANO IX

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### 3.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### LISTA DE PRESENÇA

FRANCISCO ESCORSIN  
ARTHUR DE SOUZA  
DAVID FEDERMANN  
GABRIEL MANOEL  
HAROLDO BIANCHI  
OLÍVIO BELICH  
LEOPOLDO JACOMEL  
ABRAHÃO MIGUEL  
AGNALDO PEREIRA LIMA  
ALENCAR FURTADO  
AMADEU PUPPI  
ANTÔNIO LOPES JÚNIOR  
ARMANDO QUEIROZ  
ARNALDO BUSATO  
EMÍLIO CARAZZAI  
ERONDY SILVERIO  
EURICO ROSAS  
FABIANO BRAGA CORTES  
FUAD NACLI  
IGO LOSSO  
IVO TOMAZONI  
JOÃO MANSUR  
JORGE SATO  
LUIZ CRUZ  
LUIZ MALUCCELLI  
NELSON BUFFARA  
OLAVO FERREIRA  
OLIVIR GABARDO  
OVIDIO FRANZONI  
PAULO CAMARGO  
PAULO POLI  
PINTO DIAS  
ROBERTO GALVANI  
ROBERTO WYPYCH  
SEME SCAFF  
SILVIO BARROS  
TULIO VARGAS  
WILSON FORTES

#### COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Francisco Escorsin.  
1.º Vice-Presidente: Arthur de Souza. 2.º Vice-Presidente: David Federmann. 1.º Secretário: Gabriel Manoel. 2.º Secretário: Haroldo Bianchi. 3.º Secretário: Olívio Belich. 4.º Secretário: Leopoldo Jacomel.

#### COMISSÕES TÉCNICAS

##### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE: Emílio Carazzai (ARENA)  
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)  
ARENA: Ivo Thomazoni — Arnaldo Busato — Paulo Poli — Abraão Miguel — Paulo Camargo — Armando Queiroz — Luiz Renato Malucelli — Túlio Vargas  
M.D.B.: Nelson Buffara  
Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Olavo Ferreira — João Mansur — Pinto Dias — Luiz Cruz — Wilson Fortes — Ovidio Franzoni — Roberto Galvani — Fabiano Braga Cortes — Amadeu Puppi  
M.D.B.: Olivir Gabardo — Silvío Barros  
Secretário: Maria Amália Cesar Cereal de Oliveira  
Reuniões: Quintas-feiras

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Roberto Galvani (ARENA)  
VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)  
ARENA: Ovidio Franzoni — João Mansur — Paulo Poli — Roberto Wypych — Wilson Fortes  
Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Seme Scaff — Pinto Dias — Ivo Thomazoni — Luiz Cruz — Igo Losso — Amadeu Puppi  
M.D.B.: Alencar Furtado

Secretário: Lélcio Guimarães Soto-Maior  
Reuniões: Quintas-feiras

##### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli (ARENA)  
VICE-PRESIDENTE: Olivir Gabardo (M.D.B.)  
ARENA: Abraão Miguel — Seme Scaff — Aguinaldo Pereira Lima  
Suplentes:

ARENA: Wilson Fortes — Luiz Cruz — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni  
M.D.B.: Silvío Barros  
Secretário: José do Canto Filho  
Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

##### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE: Abraão Miguel (ARENA)  
VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)  
ARENA: Jorge Sato — Fuad Nacli — Roberto Galvani — Luiz Renato Malucelli — Roberto Wypych

#### Suplentes:

ARENA: Ovidio Franzoni — Aguinaldo Pereira Lima — Luiz Cruz — Pinto Dias — Antônio Lopes Júnior — João Mansur — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Carmem Aparecida Pregonese

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)

ARENA: Roberto Galvani — Aguialdo Pereira Lima

Suplentes:

ARENA: Fabiano Braga Cortes — Igo Losso — João Mansur — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Antônio Lacerda Braga Neto

Reuniões: Terças e Sextas-feiras

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE — Igo Losso (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Cortes — Seme Scaff

M.D.B.: Alencar Furtado

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Jorge Sato — Túlio Vargas — Armando Queiroz — Fuad Nacli

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Gilberto Felix da Silva

Reuniões: Terças-feiras

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Ovidio Franzoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Eurico Rosas (M.D.B.)

ARENA: Arnaldo Busato — Amadeu Puppi — Paulo Camargo

Suplentes:

ARENA: Emílio Carazzai — Igo Losso — Seme Scaff — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Lóris Cordeiro de Barros

Reuniões: Segundas-feiras

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Igo Losso (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Abraão Miguel — Emílio Carazzai — Luiz Cruz — Wilson Fortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Ivo Gusso

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)

ARENA: Igo Losso — Luiz Cruz — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior — Abraão Miguel

Seme Scaff — Amadeu Puppi

M.D.B.: Silvío Barros

Secretário: Ney Rodrigues

Reuniões: Quinta-feiras

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Suplentes:

ARENA: Igo Losso — Olavo Ferreira — Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Roberto Diniz Sato

Reuniões: Terças-feiras

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: João Mansur (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Nelson Buffara (M.D.B.)

ARENA: Seme Scaff — Pinto Dias — Roberto Galvani

Suplentes:

ARENA: Luiz Cruz — Paulo Camargo — Luiz Renato Malucelli — Igo Losso

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Gilberto Felix da Silva

Reuniões: Segundas-feiras

#### COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Luiz Renato Malucelli (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Seme Scaff (ARENA)

ARENA: Wilson Fortes — Pinto Dias

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: João Mansur — Luiz Cruz — Fabiano Braga Cortes — Arnaldo Busato — Olavo Ferreira

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Maria Stella M. A. Gurgel

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

# 4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 9.ª Sessão Ordinária Realizada em 13 de Abril de 1970

Presidência do sr. deputado Antônio Lopes Júnior e secretariado pelos srs. deputados Seme Scaff e Ovidio Franzoni.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsim, Arthur de Souza, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olivir Belich, Leopoldo Jacomet, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Abrahão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carazzi, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Côrtes, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Malucelli, Olavo Ferreira, Olivir Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Seme Scaff, Silvio Barros e Iuno Vargas (29); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: David Federmann, Agnaldo Pereira Lima, Fuad Nacil, Luiz Cruz, Nelson Buffara, Roberto Galvani, Roberto Wypych e Wilson Fortes (8).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### OFÍCIOS:

Sob os ns. 20, 21, 22, 23 e 24-70, do senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei ns.:

154-69: Do senhor Deputado Olavo Ferreira, que autoriza o Poder Executivo considerar de Utilidade Pública a Creche "Nossa Senhora de Fátima", com sede na cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.081. — Agradeça-se.

203-69: Do senhor deputado Abrahão Miguel, que cria a Circunscrição de Trânsito na sede da comarca de Arapongas, com jurisdição nos municípios de Sabaudia, Astorga, Santa Fé, Munhoz de Mello, Iguaraçu, Flórida, Rolândia e Jaguapitã, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.080. — Agradeça-se.

244-69: Do senhor deputado Gabriel Manoel, que denomina "Ginásio Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco" o atual Ginásio Estadual "Carmo Cascardo" município de Japira, o qual convertido em Lei tomou o n. 6079. — Agradeça-se.

207-69: Do senhor deputado Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão mensal de NCR\$ 178,00 (cento e setenta e oito cruzeiros novos), à senhora Olívia da Costa Lacerda, viúva do ex-deputado Manoel L. de Lacerda, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.082. — Agradeça-se.

111-69: Do senhor deputado David Federmann, que considera de Utilidade Pública a Fundação de Ensino Superior do Paraná Central, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.086. — Agradeça-se.

280-69: Do senhor deputado Luiz Cruz, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná, ao senhor Luiz Manoel Pettinelli, pelos relevantes serviços prestados ao Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.082. — Agradeça-se.

106-69: Do senhor deputado Olivir Gabardo, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amparo ao Menor de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.087. — Agradeça-se.

192-69: Do senhor deputado Paulo Poli, que declara de Utilidade Pública a Associação do Instituto Vocacional e Assistencial Rui Barbosa, de Marrechal Cândido Rondon, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.083. — Agradeça-se.

170-69: Do senhor deputado Pinto Dias, que declara de Utilidade Pública o "Lar Escola Adalberto do Valle Feltosa", com sede na localidade de Praia de Leste, município de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.048. — Agradeça-se.

374-68: Do senhor deputado Roberto Galvani, que declara de Utilidade Pública o Ambulatório Médico Gratuito "Sol do Oriente", mantido pela Loja Maçônica do mesmo nome, com sede na cidade de Curitiba, à rua Portugal n. 350, o qual convertido em Lei tomou o n. 6.085. — Agradeça-se.

Sob o n. 25-70 do senhor o Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente o Projeto de Lei n.:

531-62: Do senhor ex-deputado Anibal Khury, que visa a criação do Distrito Administrativo e Judiciário de Bela Vista do Tapiraçu, na comarca e município de Cruzeiro do Oeste e Distrito Administrativo o Judiciário de Abundância, na comarca e município de Coronel Vivida, com as divisas que especifica. — A C.C.J.

Sob o n. 1225, do senhor Joaquim de Oliveira Sobrinho, Corregedor Geral da Justiça, no qual acusa o recebimento e agradece o requerimento do senhor deputado Roberto Wypych. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n. 488, do senhor Eurides Mascarenhas Ribas, secretário de Estado dos Negócios dos Transportes, prestando informações a requerimento do senhor deputado Silvio Barros. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n. 671-70, do senhor Adolfo Rosevitz, secretário de Estado dos Negócios da Saúde Pública, comunicando sua investitura naquele cargo. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n. 245-70, do senhor Lamartine Rolio Soares, Promotor Público, comunicando haver assumido a função de Diretor do Departamento de Polícia Civil, da Secretaria de Segurança Pública do Estado. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n. 250-70, do senhor engenheiro Francisco Rosardi Netto, diretor presidente da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, encaminhando a esta Casa, exemplar do relatório daquela Diretoria, relativo ao exercício de 1.969. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n. 210-70, do senhor Rubens Domingos Chemin, presidente da Câmara Municipal de Paranacity, comunicando haver sido eleita a Nova Mesa que dirigirá os trabalhos legislativos daquela Casa. — Ao conhecimento da Casa.

Do senhor pastor Avelino Ferreira, secretário Executivo da Convenção Batista Paranaense, no qual acusa recebido e agradece o requerimento do senhor deputado Igo Iwant Losso. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Da senhora Olga Tadra Horatchuk, no qual acusa o recebimento e agra-

dece sensibilizado o voto de pesar, consignado pelo senhor deputado João Olivir Gabardo. — Ao conhecimento do sr. Deputado interessado.

Sob o n. 387-70, do senhor Paulo Vieira de Camargo, presidente da Câmara Municipal de Maringá, comunicando a aprovação de requerimento do senhor vereador Antenor Sanches, solicitando desta Casa possibilidade de transformar em Lei, o Seminário do Ensino Paranaense. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n. 21-70, do senhor Diamantino Peretti, presidente da Câmara Municipal de Marumbi, comunicando haver sido eleita e empossada a Comissão Executiva daquela Casa. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n. 1-70, do senhor Nuncio Tozzato, presidente da Câmara Municipal de Céu Azul, comunicando haver sido eleita e empossada a Mesa Diretora que regerá os trabalhos daquele Poder para o exercício de 1.970. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

## REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. deputado Paulo Poli, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 34-70.

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e nos termos regimentais, Requer, ouvido o Plenário, se consigna na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de aplauso ao exmo. sr. cel. Júlio Werner Hackradt, ilustre Secretário de Segurança Pública, pela orientação segura que vem imprimindo à frente daquela Pasta, objetivando oferecer aos paranaenses e, particularmente, aos curitubanos, o clima de absoluta calma e ordem reinante no Estado e nesta Capital; bem como pela recente medida posta em prática por Sua Excelência, qual seja a criação dos chamados "Os Intocáveis", grupo composto de homens selecionados pelo próprio Secretário, a que tem por finalidade específica o combate ao crime.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente requerimento, dê-se dado conhecimento, por cópia, àquela autoridade.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1970.

(a) Luiz Malucelli

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao sr. dr. Victor de Andrade Brito, Secretário da Agricultura — Minas Gerais, cumprindo-o pelo sucesso e a magnífica organização do 3.º Congresso do Café, realizado na cidade de Poços de Caldas e estendendo os agradecimentos pela atenção que foi dispensada à Delegação do Paraná e pela especial atenção a nós dispensada.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1970.

(a) Silvio Barros

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao sr. dr. José Cassiano Gomes dos Reis, R. Estácio de Sá, 739. — Maringá-Pr., congratulando-se pelo expressivo entusiasmo com que representou os interesses do Paraná no 3.º Congresso do Café, levado a efeito em Poços de Caldas, onde se destacou como um dos mais combativos membros da Delegação do nosso Estado, culminando decisivamente pela defesa dos interesses da cafeicultura e especialmente pelos interesses do Estado do Paraná, levando sua contribuição de inestimável valor para o sucesso do grande conclave.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1970.

(a) Silvio Barros

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao senhor Delson Scarano — Assembleia Legislativa de Minas Gerais, cumprimentando-o pelo sucesso e a magnífica organização do 3.º Congresso do Café, realizado na cidade de Poços de Caldas e estendendo os agradecimentos pela atenção que foi dispensada à Delegação do Paraná e pela especial atenção a nós dispensada.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1970.

(a) Silvio Barros

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa após ouvido o Plenário, seja oficiado ao sr. dr. Antônio dos Santos Maciel — Banco do Brasil S.A. — Apucarana-Pr., congratulando-se pelo expressivo entusiasmo com que representou os interesses do Paraná no 3.º Congresso do Café, levado a efeito em Poços de Caldas, onde se destacou como um dos mais combativos membros da Delegação do nosso Estado, culminando decisivamente pela defesa dos interesses da cafeicultura e especialmente pelos interesses do Estado do Paraná, levando sua contribuição de inestimável valor para o sucesso do grande conclave.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1970.

(a) Silvio Barros

## Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja oficiado ao senhor doutor Paulo Carneiro — Sindicato Patronal de Londrina-Pr., congratulando-se pelo expressivo entusiasmo com que representou os interesses do Paraná no 3.º Congresso do Café, levado a efeito em Poços de Caldas, onde se destacou como um dos mais combativos membros da Delegação do nosso Estado, culminando decisivamente pela defesa dos interesses da cafeicultura e especialmente pelos interesses do Estado do Paraná, levando sua contribuição de inestimável valor para o sucesso do grande conclave.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1970.

(a) Silvio Barros

## PROJETOS DE LEI:

### Projeto de Lei n. 40-70

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

### D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a mandar Erigrir na Capital do Estado, na praça fronteiriça ao edifício do Tribunal de Justiça, o busto do desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1970.

(a) Erondy Silvério

#### JUSTIFICATIVA:

O desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, era filho do Professor Lyfimaco Franco da Costa e de dona Esther Franco da Costa, nacionalidade brasileira, nasceu a 24 de agosto de 1.905. Era casado com Dona Maria Macedo da Costa e deixou os seguintes filhos: — Antônio Franco da Costa Filho, Agostinho Macedo Franco da Costa e Vera Maria da Costa Gobbo. Residia à Travessa Agostinho Macedo, n. 1913, fone: 22-0881.

Era bacharel em Direito, formado pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, em 1932.

Em 8 de junho de 1940, foi nomeado Juiz Substituto, tendo em vista o resultado do concurso realizado perante o Tribunal de Apelação do Estado, havendo assumido o exercício do cargo em 17 do mesmo mês e ano, na Comarca de Morretes.

Exerceu, também, o cargo de Juiz Substituto nas Comarcas de Paranaguá, Antonina, Guarapuava, bem como na Comarca da Capital do Estado, em diversas Varas.

Em 12 de outubro de 1.942, foi nomeado para exercer o cargo de Juiz de Direito de 1ª. entrância da Comarca de Clevelândia.

Em 11 de abril de 1.944, foi promovido a Juiz de Direito de 2a. entrância da Comarca de Apucarana.

Em 29 de maio de 1.945, foi removido, a pedido, para a Comarca de Londrina.

Em 29 de outubro de 1.946, com a criação de mais uma Vara na Comarca de Londrina, optou pela 1a. Vara do Civil e Anexos.

Em 29 de setembro de 1.949, foi nomeado ao cargo de Juiz de Direito de 3a. entrância da Comarca de Londrina.

Em 13 de novembro de 1951, foi nomeado, por merecimento, para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, tendo assumido em Sessão Solene realizada a 23 de 1951.

Em 22 de dezembro de 1.952, foi eleito para o cargo de Corregedor Geral da Justiça.

Em 17 de dezembro de 1.954, foi reeleito Corregedor Geral da Justiça. Em 1.º de junho de 1955, assumiu, em substituição, o exercício do cargo de Presidente do Tribunal de Justiça, em virtude do afastamento do exmo. sr. desembargador Eduardo Xavier da Veiga.

Em 10 de junho de 1955, foi eleito Membro do Tribunal Regional Eleitoral.

Em 15 de dezembro de 1.955, foi incumbido de representar o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no Congresso de Magistrados, realizado em Belo Horizonte, de 16 a 21 do mesmo mês e ano.

Em 3 de janeiro de 1.958, foi eleito Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, cargo que exerceu até 14 de junho de 1959. Durante esse período, exerceu o cargo, concomitantemente, como o de Corregedor Geral da Justiça.

Em 7 de abril de 1958, assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado no impedimento dos exmos. srs. desembargadores Presidente e Vice-Presidente.

Em 21 de dezembro de 1.958, foi reeleito Corregedor Geral da Justiça.

Em 15 de julho de 1.958, foi autorizado o seu afastamento do cargo, a fim de tratar, na Capital da República, de interesses relacionados com o Poder Judiciário do Estado.

Em 8 de outubro de 1.958, na sessão ordinária, realizada pelo Conselho Superior da Magistratura, foi aprovado um voto de louvor em vista do grandioso trabalho que realizou em todo o Estado, como Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, tendo desenvolvido com perfeição, eficiência e rapidez, os trabalhos eleitorais.

Em 22 de outubro de 1.958, o Conselho Superior da Magistratura, mandou consignar em Ata um voto de louvor, pela brilhantíssima atuação no desempenho de alta e sigilosa missão que lhe confiou a Presidência do egrégio Tribunal de Justiça, no Norte do Estado.

Em 13 de dezembro de 1.958, em sessão, do Tribunal Pleno, foi reeleito Corregedor Geral da Justiça.

Em 23 de janeiro de 1.959, foi autorizado a representar o exmo. sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, em reunião realizada no Rio de Janeiro, a 26 do mesmo mês, sob o patrocínio da Associação dos Magistrados do Brasil.

Em 1.º de setembro de 1.959, assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado, em virtude do exmo. sr. desembargador Manoel Lacerda Pinto, então Presidente, haver entrado em gozo de férias regulamentares.

Em 4 de dezembro de 1.959, foi designado pelo exmo. sr. Governador do Estado, para, como Presidente, integrar a Comissão para elaborar o projeto de regulamentação da Lei n. 3.964, de 1.º de junho de 1.959.

Em 31 de agosto de 1.960, foi designado para representar o Tribunal de Justiça, nas solenidades realizadas no dia 9 de setembro de 1.960, na sede da Associação dos Magistrados do Brasil, no Rio de Janeiro, em homenagem ao exmo. sr. desembargador José Duarte.

Em 2 de setembro de 1.960, em sessão foi consignado voto de congratulações pelo êxito obtido na realização do "Seminário Forense" de sua autoria.

Em 2 de dezembro de 1.960, foi designado para representar o Tribunal de Justiça, nas solenidades anuais na "Dia da Justiça", realizadas no dia 8 de dezembro de 1.960, em Brasília.

Em 23 de dezembro de 1.960, foi reeleito para o cargo de Corregedor Geral do Estado.

Em 3 de julho de 1.961, assumiu o exercício da Presidência do Tribunal de Justiça, em virtude de haverem entrado em gozo de férias os exmos. srs. Desembargadores Presidente e Vice-Presidente do Tribunal de Justiça.

Em 9 de fevereiro de 1.962, em sessão ordinária, o egrégio Tribunal Pleno aprovou um voto de grande admiração pela alta eficiência à frente da Corregedoria Geral da Justiça.

Em 16 de abril de 1962, foi autorizado a se afastar do Estado, a fim de participar da Segunda Conferência Nacional de Desembargadores, instalada na Capital da Bahia, em 15 de maio do mesmo ano, como Representante do Tribunal de Justiça.

Em 15 de junho de 1962, o Tribunal Pleno aprovou, por unanimidade, um voto de louvor pelos relevantes serviços prestados na Conferência dos Desembargadores.

Em 21 de dezembro de 1962, foi eleito em sessão do Tribunal Pleno, Presidente do Tribunal de Justiça, havendo tomado posse em 4 de janeiro de 1963. (Para o biênio 1963-1964).

Em 3 de outubro de 1963, por unanimidade de votos, em sessão da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, foi inserida em Ata voto de louvor ao trabalho desenvolvido no sentido de aproximação da classe

dos advogados à magistratura, que se revelou mais efetiva e permanente na permissão que foi concedida na instalação da sala "Desembargador Lacerda Pinto" para uso dos Advogados que militam no Tribunal de Justiça.

Em 21 de outubro de 1963, transmitiu o exercício de cargo de Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, ao exmo. sr. Desembargador Vice-Presidente, tendo em vista a necessidade de viajar à Capital da República, com a finalidade de receber a Comenda "Ordem do Mérito Aeronáutico". (Decreto Lei n.º 5.961, de 1.º de novembro de 1943).

Em 18 de dezembro de 1964, foi novamente eleito para exercer o cargo de Corregedor Geral da Justiça, durante o biênio 1965-1966.

Em 26 de março de 1965, o Tribunal Pleno, aprovou um voto de louvor pela sua gestão na Presidência do Tribunal de Justiça.

Em 30 de junho de 1965, foi autorizado o afastamento de suas funções, no período de 4 a 12 de julho deste ano, a fim de participar do "Simpósio dos Programas da Justiça", realizado na cidade de Salvador, a convite do governador da Bahia, doutor Lomanto Júnior, como integrante da Comissão de três membros, para elaborar o anteprojeto da reforma da Lei de Organização daquele Estado, cabendo-lhe a elaboração da reforma da Justiça de primeira instância.

Em 16 de setembro de 1965, foi designado para participar da III Conferência Nacional de Desembargadores, realizada no Estado da Guanabara.

Em 7 de dezembro de 1965, foi designado para representar o Tribunal de Justiça, nas solenidades anuais na "Dia da Justiça" a 8 do corrente, em Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

Em 18 de julho de 1966, foi designado Presidente da Comissão do Alto Nível para a elaboração da reforma da Lei de Divisão e Organização Judiciária do Estado, em cumprimento a Portaria n.º 595-66, da Presidência do Tribunal de Justiça, datada de 8 de julho de 1966.

Em 16 de dezembro de 1966, foi reeleito para o cargo de Corregedor Geral da Justiça. (Para o biênio 1967-1968).

#### VIDA SOCIAL

Clube Curitibano — Clube Concórdia — Santa Mônica, Clube de Cam-pu — Santa Bárbara, Grupo Clube — Iate Clube de Guaratuba.

#### TÍTULOS HONORÍFICOS

"Cidadão Honorário" dos seguintes municípios: Londrina, Ararua, Nova Esperança, Paranacity, Paranavai, Turmas do Oeste, Clevelândia, Foz do Iguaçu, Medianeira, Araucária, Loanda, Góparé, Mandaguari, Santa Isabel do Ivaí, Maringá, Campo Mourão, Jaguapitã, Peabiru, Iporã, Apucarana, Astorga, Itambé, Marialva, Ourizona, Unuarama, Andaraí, Guaraniacua, Terra Rica, Teixeira Soares, Mateiândia, Ceu Azul, Cia Norte, Ponta Grossa, Barbosa Ferraz, Guaimã, Cândido de Abreu, Morretes, Barralho, Assaí, Coronel Vivida e Capanema.

#### VIDA POLÍTICA

Exerceu o cargo de Prefeito Municipal de Morretes de 21 de novembro de 1932 a 9 de junho de 1940.

#### TIPO POLÍTICO IDEOLÓGICO

Regime democrático.

#### OUTROS INFORMES JULGADOS INTERESSANTES

Membro da Associação dos Magistrados do Brasil, sendo eleito seu Delegado no Estado do Paraná, desde julho de 1953, até 1967.

Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (biênio 1965-1966). Foi reeleito em 20 de dezembro de 1966, para o mesmo cargo para o biênio 1967-1968.

Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Paraná, desde a sua fundação, em 2 de julho de 1958.

Presidente de honra da Associação dos Servidores da Justiça do Estado do Paraná.

Membro Honorário da Associação dos Magistrados de Minas Gerais.

Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Estado do Paraná.

Recebeu a medalha "Marechal Hermes" (eficiência e oserosidade).

Recebeu da Associação dos Magistrados do Brasil, a medalha de "Mérito Judiciário".

No dia 8 de dezembro de 1964, foi aclamado "Líder da Magistratura Brasileira", pelos relevantes serviços prestados à classe. (Sessão de 8 de dezembro de 1964, em Porto Alegre).

Considerado "Homem do Ano" em 1963.

Pelos relevantes serviços prestados à Justiça e particularmente à região em que militam os Serventários das Comarcas de Nova Esperança — Paranacity — Alto Paraná — Paranavai — Paraíso do Norte — Nova Londrina — Loanda — Santa Isabel do Ivaí — Maringá — Marialva — Mandaguari — Astorga — Colorado — Cianorte e Cruzeiro do Oeste, lhe foi conferido o "Diploma de Benemérito".

#### Projeto de Lei n.º 41-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a considerar de utilidade pública a Associação dos Reporters Fotográficos e Cinematográficos do Estado do Paraná, com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1970.

(a) Antônio Lopes Júnior

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Reporters Fotográficos e Cinematográficos do Estado do Paraná, fundada em 26 de março de 1958, na Capital do Estado, tem por finalidade a união dos repórteres, desenvolver o nível técnico e cultural de seus associados; manter intercâmbio com entidades congêneres; defender a liberdade de imprensa; participar de congressos; promover assistência médica, dental, hospitalar e jurídica aos sócios; facilitar o trabalho dos repórteres de outros Estados, bem como apoiar e prestigiar o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná.

Juntamos em anexo, um exemplar do Estatuto da Associação dos Reporters Fotográficos e Cinematográficos, devidamente registrado no 6.º Ofício, da comarca desta Capital.

#### Projeto de Lei n.º 42-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a considerar de utilidade pública a Associação da Imaculada Virgem Maria, com sede em Prudentópolis, neste Estado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 1970.

(a) Antônio Lopes Júnior

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação da Imaculada Virgem Maria, fundada em Prudentópolis, é uma entidade civil, de caráter filantrópico, educacional, cultural e social, com sede e fóro na referida cidade.

As principais finalidades desta Associação são as seguintes: promover a educação e assistência social; fundar e manter estabelecimentos de ensino primário, secundário e superior, asilos, orfanatos, creches, patronatos, hospitais e dispensários.

Em anexo, juntamos certidão do 1.º Ofício, desta Capital, com os Estatutos da citada associação, dedicada a promover o ensino e a educação em nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE — Para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, sr. deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente e srs. Deputados. Pretendo, sempre que tiver elementos à mão, trazer à consideração da Casa e para que se registre nos Anais do Legislativo do Paraná, fatos administrativos que revelem o sentido altamente positivo do Governo revolucionário.

Há coisas aparentemente pequenas, mas que na realidade têm um sentido profundo e que merecem a reflexão de todos. Quero referir-me, hoje, à impressão do papel moeda. Por mais de cem anos, estivemos gastando divisas para imprimir no estrangeiro o nosso papel moeda. E considerando-se que "a moeda dá uma imagem exterior de um povo", a nossa imagem não exprime a nossa realidade.

O Governo Castelo Branco iniciou atividades no sentido de tornar brasileiro o nosso dinheiro. Reforma do prédio onde funciona a Casa da Moeda, treinamento de pessoal especializado, foram as primeiras iniciativas.

E agora, a partir de 14 de maio do corrente ano, no terceiro Governo revolucionário, tendo à frente o presidente Médici, teremos circulando o cruzeiro novo, em notas de 1, 5, 10, 50 e 100 cruzeiros, fabricados no Brasil e por brasileiros, a começar do próprio desenho, que é feito por um artista nacional.

O novo padrão do cruzeiro é o símbolo da estabilidade monetária, segundo o ministro Delfim Neto.

A data de 15 de maio, pois, é bastante significativa para todos nós, e merece os nossos aplausos. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, sr. deputado Sílvio Barros.

O SR. SÍLVIO BARROS — Sr. Presidente, srs. Deputados. Passamos pela tribuna para prestar contas e proceder ao relatório da Comissão de que nos desincumbimos na semana próxima passada, cumprindo o indicação desta Assembleia, para estarmos presentes ao 3.º Congresso do Café, levado a efeito na cidade de Pocos de Caldas.

Desejamos, inicialmente, manifestar nossa impressão no que respeita à presença dos cafeicultores, líderes classistas, autoridades, representantes de classe, que, naquele Congresso, se apresentaram maciçamente, dando uma demonstração do mais alto interesse pelos destinos da cafeicultura, tendo em vista que ela ainda se situa como a principal fonte de divisas do País e uma das atividades mais discutidas em nossa Pátria.

Tivemos no Congresso a presença de exmos. srs. Ministros de Estado, que proferiram manifestações e pronunciamentos robustos, tendo em vista, naturalmente, o apoio dado pelo Congresso à renovação, substituição e replantio do café.

No que diz respeito à delegação do Paraná, queremos registrar também que, além da presença dos srs. Deputados enviados por esta Assembleia, deputados Arnaldo Busato, Abraão Miguel e Wilson Fortes, o Paraná esteve presente através dos Secretários de Estado José Vaz de Carvalho e Oscar Amaral, representando o Poder Executivo naquela comitiva. Cumpre-nos, ainda, neste instante, enfatizar que a delegação paranaense, através do sr. Paulo Patriani, presidente da FARESP, apresentou teses relativas à Política Básica do Café, objetivando solidificar a posição do País como maior produtor.

Apresentou ainda tese solicitando novos critérios para a classificação e também na nova política de preços internos, estimulando os cafés homogêneos através de ações e gratificações pelo trabalho.

Apresentou ainda Plano da estimula à produção cafeeira, através de estímulos com base nos custos reais da produção.

Recomendou a reformulação do Alistamento Eleitoral de cafeicultores, sob a supervisão dos sindicatos e das Federações de agricultores, buscando com isso uma representação autêntica.

Recomendou sobre a imperiosa necessidade de combate imediato à hemileia e ainda ao nematoide, através do apoio decidido dos órgãos federais e estaduais.

Entre o resumo das recomendações aprovadas, evidenciou-se a preocupação pela ferrugem, pelos fertilizantes e equipamentos destinados ao aprimoramento no trato da lavoura, pesquisa, renovação de cafeeiros em terras descobertas ou cansadas.

As recomendações discutidas e aprovadas pela Assembleia Legislativa do Paraná, através de nossa presença, foram aprovadas por aquele claustro e, entre as recomendações que tivemos oportunidade de encaminhar, fizemos uma primeira no sentido de tratarmos de uma conclusão no que diz respeito à zona ecológica favorável para o plantio do café.

Em nossa recomendação, solicitamos que as áreas anteriormente ocupadas pela cafeicultura, hoje se adotasse um processo em que a renovação do cafeiro estaria na razão direta da manifestação do produtor, em laudo técnico de um engenheiro agrônomo credenciado, e fosse esta renovação feita ao nível da propriedade; isto é, pretendíamos que, nas áreas tidas e havidas hoje como não favoráveis, se verificassem propriedades que, na realidade, pudessem receber os estímulos federais, através do financiamento, para que pudessemos reconduzir a cafeicultura do Paraná à expressão que sempre teve no contexto nacional do café.

Apresentamos ainda mais uma tese solicitando que, através do GERCA, fosse proferido, a cada ano, um curso intensivo, destinado à formação de novas lideranças para a cafeicultura; tese essa que foi recebida com entusiasmo e, naturalmente, poderá melhorar as condições de desenvolvimento do café, em relação aos responsáveis pela produção.

Finalmente, apresentamos um trabalho na Comissão de Legislação, propondo que o Fundo de Garantia, ou melhor, que as prerrogativas estatu-

das pelo Fundo de Garantia, fossem extensivas à zona rural, dependendo da opção do agricultor e do trabalhador rural, buscando com isso uma experiência nas diversas regiões do País, para que pudessemos compreender o comportamento desta inovação da agricultura de nossa terra. Ao mesmo tempo, procuramos facilitar as dificuldades que atingem os trabalhadores rurais e os proprietários das lavouras, especificamente os cafeicultores.

As recomendações ao Congresso se verificaram quase todas no sentido de buscar novas técnicas; buscar, de todas as formas, subsídios através de pesquisas, a fim de que pudessemos ter, em nossa Pátria, cafeais resistentes às doenças e pragas que atacam as rubiáceas.

Gostáramos sr. Presidente e srs. Deputados, de, nesta oportunidade, solicitar a aprovação de dois requerimentos. O primeiro, destinado ao sr. Vitor de Andrade Brito, secretário da Agricultura de Minas Gerais, que durante todo o Congresso foi de uma delicadeza extraordinária no que diz respeito à nossa delegação, especificamente a nós S. Exa. procurou, de certa forma, cercar-nos de muita atenção, cedendo-nos ainda o seu apartamento no Hotel Palace de Pocos de Caldas, mostrando assim a satisfação e alegria de receber naquele Congresso que se realizou em território mineiro, as representações de todos os Estados produtores de café.

Desejamos ainda solicitar um voto de congratulações ao sr. deputado Nelson Searan, que é uma figura de extraordinário entusiasmo, que comparece a todos os congressos e para conosco também traz, cada vez que nos encontra, as melhores atenções, dispensando a todos nós uma especial forma de tratamento.

Desejamos, sr. Presidente, traduzir agora, em nome do Governador de Minas Gerais Israel Pinheiro, com quem tivemos oportunidade de conversar no Hotel Palace de Pocos de Caldas, o desejo de que o Paraná receba, do Governador de Minas Gerais, as saudações respeitadas e, praticamente dos mineiros, o abraço carinhoso aos paranaenses e os respeito ao Governador de nosso Estado.

Restam ainda, sr. Presidente, três requerimentos que gostaria também fossem apreciados pelo Plenário, os quais são dirigidos ao sr. Paulo Carneiro, representante da cidade de Londrina, ao sr. Antônio Maciel, de Apucarana, funcionário do Banco do Brasil, e ao sr. José Gomes dos Reis, solicitando que estes representantes da cafeicultura recebessem, nesta Assembleia as congratulações pela forma como se houveram naquele Congresso. Em todas as oportunidades estes três homens defenderam, com intransigência e propriedade, os interesses da cafeicultura nacional e, especificamente, os interesses da cafeicultura paranaense.

Fizeram parte de nossa delegação e conosco estiveram na Comissão de Produção, onde trabalhamos mais de cinquenta horas ininterruptas; propuseram intervenções de alta valia, mostrando seus técnicos os seus conhecimentos intrínsecos do grande e complexo problema da cafeicultura.

Na nossa apreciação final, sobre o Congresso, deduzindo, naturalmente, o que foi possível dos pronunciamentos das autoridades que lá compareceram, sentimos que, embora as autoridades nacionais estejam preocupadas com a cafeicultura, foi de sintonia geral a descontração do Governo nacional em relação ao problema da produção.

Tivemos oportunidade de observar que a representação mais realista foi aquela da sede do Congresso, isto é, a representação de Minas Gerais que passou, em todos os momentos, a proclamar novas técnicas para a diminuição do custo da produção, parece que entendendo por antecipação, que o Governo nacional, com esta desconcentração ali verificada, não estaria muito interessado em fazer grandes investimentos para renovação da cafeicultura.

Sentimos que os Estados produtores de café, o Estado de São Paulo, por exemplo, através da palavra do sr. Magalhães, do Instituto Brasileiro de Café, mostrou que o plano para renovação dos cafeeiros paulistas, à razão de 20 milhões de pés, com juros de 4% a média anual, não foi contratada com a classe produtora, mostrando, desta forma, um desinteresse dos produtores daquele Estado em contratar estes recursos.

Já em Minas Gerais, o Banco de Desenvolvimento daquele Estado financiou e contratou a primeira etapa do plano de renovação, num total de cinco milhões de cafeeiros, também a juros de 4% ao ano para os financiamentos.

Isto tudo trás para nós, paranaenses, uma grave preocupação, de vez que para nós os juros estabelecidos estão à razão de 1,8%, de acordo com o Plano de Emergência levado a efeito pela União.

Estamos atravessando, nesta oportunidade, uma das mais sérias crises no que diz respeito à produção de café.

Todavia, o Governo entende que os estoques do IBC, mais os estoques ainda entalhados e a provável e pequena produção deste ano, o Governo cumprirá a demanda e as nossas responsabilidades no mercado internacional; porém, após estes quatro anos, a preocupação daquele Congresso era geral, em todos os setores, ficando plenamente evidenciada a preocupação no que diz respeito à produção, aos fertilizantes e à hemileia, que passou inclusive a ser o maior problema estudado e enfocado pelo Congresso, onde mais uma vez comparecia, a Estação de Experimentação de Lavras, do Estado de Minas Gerais, com uma das teses mais completas e, ainda, a Delegação do Espírito Santo, através do sr. Guilherme Pimentel, secretário da Agricultura daquele Estado, com um trabalho de grande interesse, e a preocupação — acredito — seja altamente válida, porque inexplicavelmente houve um salto desta praga, desta doença denominada "ferrugem", do município de Caratinga, na Bahia, para o município de Muriá, em Minas Gerais, ou seja, inverso, do município de Muriá para Caratinga, de 400 kms; portanto um salto onde se verificou a incidência e a infestação desta moléstia.

Estão pesquisando, os técnicos daqueles Estados, quais foram os meios de transporte para que a "ferrugem" fosse encontrada em tão distante município de Minas Gerais e, esta preocupação, ou seja, esta publicação acabou por preocupar os cafeicultores de todos os Estados responsáveis pela produção, de vez que, se a ferrugem tem a capacidade de saltar 400 kms em curto espaço, naturalmente o salto para atingir as zonas produtoras de cafés finos é muito menor, e provavelmente muito mais evidenciado dentro daquilo que se estudou naquele Congresso.

Acreditamos, sr. Presidente, que, depois das breves manifestações, depois de anunciarmos a presença da nossa delegação, o trabalho da FARESP, dos companheiros de Londrina, Maringá e Apucarana, e outros tantos que ali estiveram trabalhando, procurando emprestar a técnica paranaense aos graves problemas da cafeicultura, dando por cumprida a nossa tarefa e, ao regressarmos ao nosso Estado, nada mais podemos fazer do que manifestarmos as nossas esperanças neste Governo, fazendo com que, ou buscando com que a administração deste Estado assumia, da mesma forma, a preocupação dos Estados produtores, e, para a nossa cafei-

culam, a apelo de que o Governo paranaense proceda como os Governos dos outros Estados produtores, buscando, através dos Bancos de Desenvolvimento de cada Estado, o equilíbrio, os financiamentos a juros baixos para que possam continuar lucrando a produção nacional de café. Temos a impressão de que o Governo não está em condições de enfrentar a situação com a mesma gravidade que encaramos o problema os administradores e Governadores dos Estados produtores de café.

O Sr. Olavo Ferreira — V. Exa., permite um aparte (Assentimento) antes que V. Exa. deixe a tribuna, nos queremos, nesta oportunidade, lamentar profundamente não termos podido estar com V. Exa. e com os demais companheiros nesse II Congresso Nacional do Café; entretanto, neste momento, tivemos a oportunidade de, ontem à tarde, em Londrina, ouvirmos do Sr. Paulo Carneiro Cordeiro, ex-diretor do IBC, agrônomo conceituado e grande conhecedor dos problemas da cafeicultura os elementos mais justos e merecidos a V. Exa.

Disse o Sr. Paulo Carneiro Cordeiro, que esta Assembleia, através de V. Exa., com os conhecimentos que V. Exa. possui, e com o esforço que manifestou através dos trabalhos apresentados, falou bem alto a respeito da preocupação da nossa Assembleia, do nosso Estado, quanto aos destinos da cafeicultura.

O Sr. Paulo Carneiro pediu que, nesta oportunidade, nós, de público, dissessemos a esta Casa, de que V. Exa., com a boa delegação que lhe foi dada, pelo conhecimento do seu trabalho e pelas discussões vividas, em que V. Exa., grande autoridade, com conhecimento de causa, deu uma demonstração de que aqui nesta Assembleia Legislativa há parlamentares, há representantes da cafeicultura que, realmente, estão preocupados com o problema da cafeicultura do nosso Estado, não só do Brasil, e que tem condições de oferecer uma colaboração como realmente queremos através de V. Exa., para que tenhamos mais êxito para a nossa cafeicultura.

Quero cumprimentar, em nome do Sr. Paulo Carneiro, a V. Exa., pelo empenhamento com que desempenhou sua missão e a missão que esta Assembleia lhe confiou, Era o aparte.

O SR. SILVIO BARROS — Obrigado, Ilustre deputado Olavo Ferreira. Desejamos, com humildade, agradecer as referências que foram feitas por V. Exa., e, nesta oportunidade, desejamos registrar que a presença de V. Exa., Deputado representante de Londrina, naquele Congresso, foi motivo de indagações de representantes de outros Estados que já o conheciam e sabem do seu interesse e da sua fórmula estudiosa dos problemas relativos à cafeicultura.

E ao mesmo tempo, desejamos dizer que, há minutos atrás, da mesma forma, procuramos fazer com que esta Casa, através de um requerimento, levasse ao Sr. Paulo Carneiro, as congratulações pela forma com que, decididamente, mostrou aquele Congresso a sua alta capacitação e o seu alto interesse pelos problemas da cafeicultura.

Temos a felicidade de ficar, por dois dias e mais consecutivos, na Comissão de Produção, e podemos sentir de perto o valor daquele cafeicultor paranaense, que já foi Diretor do IBC, que é Presidente do Sindicato Nacional de Produtores de Café e produtor de café, e podemos ver o nosso representante dominava com propriedade todos os problemas ali discutidos. E muitas vezes foi ele arguido e indagado da melhor solução para o Parecer final, muita das vezes apresentadas.

Estivemos com ele lutando duramente pela modificação do conceito de ecologia. Porque não podemos e não queremos nos conformar com o conceito da Administração Central, servil e oportunista, que não admitir que tal crime possa ser cometido pela Administração do Paraná.

Todavia, o Congresso apresenta um mapa, onde zona que, como nós sabemos, são passíveis de produzir os melhores cafés, estão ali, configuradas com as melhores restrições.

E aquele mapa é que nos motivou a discutir a tese já levantada nesta Assembleia, há alguns meses atrás, buscando a modificação do conceito de ecologia, fazendo com que este conceito, no Paraná, se verificasse a nível de propriedade pela manifestação do produtor, naturalmente, com base no laudo técnico. O que não podemos e não devemos aceitar é que, toda a região do Norte Velho e Norte-Pioneiro, seja desprestigiada e, portanto, impedida de receber estímulos e financiamento para a renovação do café.

Tem como a região do Norte-Novíssimo e outras que foram e são regiões onde o café encontra o seu habitat natural e pode produzir as melhores árvores, e pode produzir as melhores divisas inclusive, estejam assim desprestigiadas, por aquela demonstração estatística.

E nós então sentimos nos nossos representantes, decididamente, na figura do Sr. Paulo Camargo, uma das criaturas que mais se sensibilizou com este problema e, portanto, um dos representantes do Paraná que, com maior propriedade, demonstrou a presença do nosso Estado no Congresso.

Agradecemos as referências a nós feitas, na certeza de que sem o brilhantismo por V. Exa., publicado, simplesmente nos esforçamos, com modestia e humildade, buscando nos desincumbir da tarefa que nos foi delegada pela Assembleia Legislativa.

Obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à ORDEM DO DIA, com a presença de 29 srs. Deputados.

A Mesa tem a satisfação de anunciar as visitas das seguintes autoridades: Ernesto Carlos Look, prefeito de Mamboré; Nelson Barbosa, prefeito de Alto Piquiri, que se fazem acompanhar de uma valerosa equipe de Vereadores. A Casa deseja aos visitantes boas vindas.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Erondy Silveiro, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do sr. deputado Antônio Lopes Junior, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 181-69, declarando de Utilidade Pública o Instituto do Câncer de Londrina. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 181/69  
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública, o Instituto do Câncer de Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de Janeiro de 1970.

(aa) Ivo Tomazoni — Presidente

Agnaudo Pereira Lima — Relator

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 345-68, de autoria do dep. Ivo Tomazoni, que dá nova redação ao artigo 3.º da Lei n. 6.014, de 29 de Setembro de 1.969. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 345-68, de autoria do dep. Silvio Barros, que dá nova redação a Lei n. 13-66, de 30 de Dezembro de 1.964 que cria o Instituto de Reintegração do Legislativo Paranaense (IRLEP). — Pareceres Contrários da C.C.J. e C.F. — Aprovado artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 267-69, de autoria do dep. Luiz Renato Malucelli, que autoriza o Poder Executivo, conceder a Elza Posselt, pensão mensal de NCr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros novos). — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado

PROJETO DE LEI N. 267/69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo, autorizado a conceder à senhora Elza Posselt de Lima, viúva do ex-soldado da Polícia Militar do Estado Eurides Posselt de Lima, uma pensão mensal no valor de NCr\$ 50,00.

Art. 2.º — As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de dezembro de 1969.

(a) Luiz Renato Malucelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 267/69

1.) O projeto ora em exame, de autoria do Ilustre deputado Luiz Renato Malucelli, objetiva autorizar o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de NCr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros novos), à senhora Elza Posselt.

2.) O plano de lei em questão vem articulado e devidamente justificado, em perfeita consonância com disposição regimental.

3.) Trata-se de mera autorização, razão pela qual não fere qualquer preceito de ordem legal e constitucional.

Isso posto, somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28 de Janeiro de 1970.

(aa) Silvio Barros, Presidente — Ivo Tomazoni, Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 267/69

O projeto de lei em tela, que objetiva conceder uma pensão mensal à senhora Elza Posselt de Lima, viúva do ex-soldado da Polícia Militar do Estado, Eurides Posselt de Lima.

A iniciativa de lei está devidamente justificada, e não conflita em qualquer dispositivo de ordem legal e financeira.

Assim sendo, somos pela aprovação do plano de lei em estudo. Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 19 de fevereiro de 1970.

(aa) Leopoldo Jacomet, Presidente — João Mansur, Relator

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n. 103/68, Ofício n. 113-68, da Comissão de Festejos 13 de maio do Clube 220 da cidade de São Paulo, solicitando desta Assembleia Legislativa, seja reivindicado junto ao Ministro da Justiça e ao Chefe da Nação a restauração do feriado nacional do dia 13 de maio. — Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pelo arquivamento. Em votação o parecer. — Aprovado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER A PROPOSIÇÃO N. 103/68

1. A Comissão de Festejos de 13 de maio do Clube 220, do Estado de São Paulo, solicita apoio desta Assembleia ao movimento que visa o restabelecimento do feriado nacional do dia 13 de maio, consagrado à abolição da escravidão.

2. Esta Comissão de Constituição e Justiça apreciando parecer do relator então designado Dep. Valmor Giavarina, favorável à solicitação, opinou pela rejeição do mesmo. O movimento objetivando o restabelecimento do feriado que antes era consagrado à abolição da escravidão em nosso país, segundo o entendimento desta Comissão de Constituição e Justiça ao rejeitar aquele parecer, é o que mesmo se reveste nitidamente de caráter racista, o que na verdade é vetado pela Constituição Federal.

Pelo arquivamento da proposição é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 10 de dezembro de 1968.

(aa) — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Luiz Malucelli, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso ao sr. cel. Júlio Werner Hackbart, Ilustre secretário de Segurança Pública. — Aprovado

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 34.70. — Aprovado

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente de sessão anterior, já com a sua discussão encerrada

O SR. JOÃO MANSUR — Feco a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. Deputado, para encaminhar a votação.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Queremos submeter à apreciação desta Casa o requerimento de nossa autoria que nada mais pede do que esclarecimentos ao sr. Secretário da Fazenda que, segundo informações que nos chegaram, está deixando de cumprir o que dispõe o Decreto 14.415, em seu § 2.º, que reza: "O pa-

gamento aos consignatários será realizado no mês subsequente ao do des-  
conto".

Sr. Presidente, a Fazenda vem descontando em folha do funcionalismo público do Estado e não vem recolhendo nas Entidades de Direito aquilo que não pertence mais ao Estado, numa apropriação indevida de um dinheiro que não é o seu, e com graves prejuízos ao funcionalismo público do Estado. Este se vê tolhido, então, em seus empréstimos, e até no atendimento médico-hospitalar.

Não é possível, sr. Presidente e srs. Deputados, que a Fazenda do Paraná tenha a intenção de prejudicar a já sofrida classe do funcionalismo de nosso Estado. Razão porque, nós estamos fazendo um requerimento de pedido de informações, e acredito que os srs. Deputados, com assento nesta Casa, que conhecem melhor que nós o drama do funcionalismo público, há de dar guarida a este nosso requerimento, a fim de que o sr. Secretário da Fazenda dê cumprimento ao Decreto 14.415. Uada mais quer o funcionalismo que o recolhimento, de acordo com o que reza o mesmo decreto. O que está ocorrendo, srs. Deputados, é que a Fazenda está retendo de 4, 5 e 6 meses os descontos feitos em folha ao funcionalismo do Estado. Acreditamos, que, em face da situação que vive o nosso funcionalismo, e a sensibilidade do Líder do Governo nesta Casa a problemas dessa ordem, ele, como homem experiente, sensível aos problemas daqueles que mais sofrem, há de liberar a bancada da ARENA nesta Casa, a fim de que o sr. Secretário da Fazenda dê os esclarecimentos necessários e cumpra aquilo que dispõe a Lei. E acreditamos que sim, e fazemos um apelo para que libere a bancada da ARENA, para que dê acolhimento a este nosso modesto requerimento de pedido de informações. — (Sem revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, srs. Deputados.

O nobre deputado João Mansur acabou de endereçar apelo à liderança da ARENA, no sentido da liberação da bancada para votação a requerimento de sua autoria. Nós já nos propusemos a adotar aqui, nesta Casa, uma norma no sentido do obedecimento estrito aos dispositivos constitucionais. Mesmo porque, já temos conhecimento, quase que oficial, de que não procedem as alegações do nobre deputado João Mansur, levantadas da tribuna desta Casa na sessão de hoje, ao encaminhar a votação de requerimento de sua autoria. Todavia nós, prazerosamente, trataremos, na forma oficial, a palavra do sr. Secretário da Fazenda a respeito do assunto. Daí não vemos razão a darmos guarida ao requerimento de autoria do nobre Deputado, desde que ele não versa sobre matéria em discussão nesta Casa, ou seja, insere na Ordem do Dia, para discussão e votação na sessão de hoje.

Portanto, sr. Presidente, não vamos votar favoravelmente ao requerimento, embora o nosso respeito e a nossa consideração ao nobre deputado João Mansur. Mas prometemos trazer a S. Exa. as informações objeto de seu requerimento. (Sem revisão do orador).

O SR. JOAO MANSUR — (Pela ordem) — Sr. Presidente, em face das ponderações do Líder do Governo nesta Casa, requereria à Mesa, se o Regimento assim o permitir, o adiamento da votação desse requerimento, por 4 sessões, a fim de que o Líder do Governo, segundo suas próprias palavras, trouxesse ao nosso conhecimento esclarecimentos do sr. Secretário da Fazenda. Daí, talvez, nosso requerimento perdesse até o sentido e objeto.

Arguo então à Mesa, da possibilidade do adiamento da votação desse requerimento, por 4 sessões.

O SR. PRESIDENTE — Decidindo a questão de ordem levantada pelo ilustre deputado João Mansur, esta Presidência lê o artigo 110, relativo ao seu pedido: "Pedidos de adiamento só poderão ser apresentados antes de ser encerrada a discussão da matéria que será submetida à deliberação da Assembleia, independente de discussão, não podendo, entretanto, ser apresentado quando a Assembleia estiver em votação ou quando estiver fazendo uso da palavra qualquer Deputado".

Eslareço ao ilustre deputado João Mansur, que o requerimento já estava com sua discussão encerrada. Portanto, não procede a questão de ordem levantada pelo ilustre deputado João Mansur.

O SR. JOAO MANSUR — (Pela ordem) — Sr. Presidente, curvamo-nos à decisão da Mesa e retiramos nosso pedido de informações. Ficamos aguardando as informações que o Líder do Governo vai nos trazer.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o pedido do deputado João Mansur.

Requerimento de autoria do sr. deputado Silvio Barros, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao sr. dr. Paulo Carneiro, do Sindicato Patronal de Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Silvio Barros, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao sr. dr. Antonio dos Santos Maciel, do Banco do Brasil S/A, de Apucarana. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Silvio Barros, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao sr. Delson Sciarano, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Silvio Barros, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao sr. dr. José Cassiano Gomes dos Reis, de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Silvio Barros, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao sr. dr. Victor de Andrade Brito, da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais. — **Aprovado.**

De acordo com requerimento apresentado dia 16 e aprovado, a Presidência designa os srs. deputados Eurico Rosas, Luiz Malucelli e Jorge Sato para integrarem a Comissão.

O SR. SILVIO BARROS. — (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito de V. Exa., em requerimento verbal, um adiamento ao requerimento proposto pelo ilustre deputado Olivir Gabardo e que diz respeito à Comissão destinada a acompanhar os trabalhos para organização da Lei Orgânica dos Municípios.

E nosso aditamento sintetiza em solicitar que a Comissão seja elevada de cinco para sete membros, atitude esta que já discutimos e nos entendemos com a Liderança do Governo, estando a mesma plenamente de acordo.

O SR. PRESIDENTE — Respondendo à questão de ordem formulada pelo ilustre deputado Silvio Barros, esta Presidência esclarece que o requerimento está devidamente aprovado. Contudo, submeterá à consideração do Plenário a questão de ordem formulada por S. Exa.

Em discussão a questão de ordem solicitada pelo deputado Silvio Barros.

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, desejo indagar de V. Exa., qual seria a proporcionalidade dos Partidos, numa Comissão composta de sete membros.

O SR. PRESIDENTE — Caberá à ARENA seis elementos e ao MDB, um.

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, quando encaminhei a Indagação a V. Exa. era porque considerava que a proporcionalidade dos Partidos, numa Comissão composta de sete membros.

O SR. PRESIDENTE — Caberá à ARENA seis elementos e ao MDB, um.

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, quando encaminhei a Indagação a V. Exa. era porque considerava que a proporcionalidade deveria ser cinco para a ARENA e dois para o MDB, caso contrário, não via razão para a questão de ordem levantada.

O SR. SILVIO BARROS. — (Questão de ordem) — Sr. Presidente, quando formulamos nossa primeira questão de ordem, solicitamos que fosse aumentado mais dois membros, porque tínhamos em mente que os entendimentos de Plenário que sejam do interesse da parte, naturalmente, sempre se sobrepõem às normas regimentais.

Daí porque já ao termos com S. Exa. o deputado Erondy Silvério o entendimento de que o MDB teria, nessa Comissão, dois elementos, e a ARENA, cinco, é que solicitei o aumento do número dos membros da Comissão.

E, naturalmente, nesta Questão de Ordem, o nosso desejo é que a Comissão seja realmente constituída. Trata-se evidentemente da alta relevância da matéria a ser estudada e de nosso particular interesse também estarmos presentes nos estudos e na elaboração em relação aos compromissos que de há muito assumimos com inúmeros vereadores do Estado do Paraná, os quais representam os anseios de inúmeros municípios de nosso Estado. Antes de termos a oportunidade de sermos trazidos a esta Casa, para representar esses municípios, fomos, por alguns anos, vereador na cidade de Maringá. — (Sem revisão do orador).

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, queremos entender que, em parte, o eminente e ilustre deputado Silvio Barros teria razão.

Entretanto, é necessário se faça constar que, em forma de concessão e não como novo critério estabelecido, esta Comissão passará a funcionar à proporção de 5 a 2.

Desta forma fica esclarecida esta questão de ordem, para evitar que fique como precedente. Entendemos que, desta maneira, estamos espousando o pensamento da bancada da ARENA que é em forma de concessão e não um critério fixado.

Tenho a impressão de que o eminente deputado Silvio Barros e os dignos Deputados que compõem a bancada de oposição estão de acordo com a nossa questão de ordem. — (Sem revisão do orador).

O SR. SILVIO BARROS — (Pela ordem) — Sr. Presidente, agradeço com humildade e modestia a concessão que fez a bancada da ARENA. Aliás, a minoria no Estado do Paraná vive desconsoada.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa aceita por liberalidade e em aquiescência ao pensamento da bancada da ARENA, que a Comissão seja ampliada de 5 membros para 7 membros, para a elaboração da Lei Orgânica dos Municípios.

Solicito aos srs. Líderes de bancadas que, com urgência, designem os membros para elaborarem a Lei Orgânica dos Municípios.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 265-69.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 345-68.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 267-69.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 260-69.

Levanta-se a Sessão.

## 4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura

### Ata da 10.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 13 de Abril de 1970

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin e secretariado pelos srs. deputados Arnaldo Bussio e Paulo Poli.

As 15.50 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin — Arthur de Souza — David Federmann — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Olivir Belich — Leopoldo Jacome! — Antonio Lopes Junior — Armando Queiroz — Abrahão Miguel — Arnaldo Busato — Emílio Carrazzi — Erondy Silvério — Eurico Rosas — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso — Ivo Tomazoni — João Mansur — Jorge Sato — Luiz Malucelli — Olavo Ferreira — Olivir Gabardo — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Seme Scaff — Silvio Barros e Túlio Vargas (29); achando-se ausentes, os seguintes srs. deputados: Arnaldo Pereira Lima — Amadeu Puppi — Euad Nadi — Luiz Cruz — Nelson Buffara — Roberto Galvani — Roberto Wpych e Wilson Fortes (8).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — comunica que não há Ata a ser lida, nem Expediente.

O SR. PRESIDENTE — Com a presença de 29 srs. Deputados, passa-se à ORDEM DO DIA.

Discussão Única — da Proposição n.º 1-70, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 118-69, de autoria do dep. Erondy Silvério, que eleva para NCR\$ 50,00 (cincoenta cruzeiros novos), a pensão mensal concedida pela Lei n.º 4.967, de 21-11-64, a Juvenal Ribeiro da Costa. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão.

O SR. ABRILIO MIGUEL (Pela ordem) — Sr. Presidente, requiro que a votação da Ordem do Dia, de hoje, seja feita englobadamente.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento formulado pelo sr. deputado Abrahão Miguel. — **Aprovado.**

**Discussão Única** — da Proposição n.º 323-69, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 612-67, de autoria do ex-deputado Jacinto Simões, apresentado em 28-11-67, criando uma Escola Normal de 2.º Ciclo, na sede do Município de São João, para funcionar no ano letivo de 1969. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — **Encerrada a discussão.**

**Discussão Única** — da Proposição n.º 323-69, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 131-69, de autoria do dep. Paulo Camargo, concedendo uma Pensão mensal de NCR\$ 50,00 (cincozena a cruzeiros novos), a Bernardo de Souza Cordeiro. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — **Encerrada a discussão.**

O SR. PRESIDENTE — Em votação as seguintes Proposições: 1.º 70, 323-69, 323-69. — O sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos srs. Deputados para a votação secreta.

(É feita a chamada dos srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — Votaram 29 srs. Deputados. Convido os srs. Deputados Ivo Tomazoni, Igo Losso e Sílvio Barros para comporem a comissão escrutinadora.

(A Comissão designada procede o escrutínio)

O SR. PRESIDENTE — O resultado da votação foi o seguinte:

10 srs. Deputados votaram "não";

2 srs. Deputados votaram "sim";

11 votos em branco. — Mantidos os vetos, rejeitados os projetos.

Nada mais havendo a tratar, declino encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, quinze minutos após a realização da sessão ordinária, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

**Discussão Única** — das Proposições n.ºs: 2-70, 305-69, 306-69

Levanta-se a sessão.

### 4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura

#### Ata da 11.ª Sessão Ordinária

Realizada em 14 de Abril de 1970

Presidência do sr. deputado Arthur de Souza, secretariada pelos srs. deputados Antônio Lopes Júnior e Seme Scaff.

A lista Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin — Arthur de Souza — David Federmann — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Olivio Belich — Leopoldo Jacomet — Agnaldo Pereira Lima — Amadeu Puppi — Antônio Lopes Jr. — Armando Queiroz — Abrahão Miguel — Arnaldo Busato — Emílio Carrazai — Erondy Silvério — Eurico Rosas — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Igo Losso — Ivo Tomazoni — João Mansur — Jorge Sato — Luiz Cruz — Luiz Malucelli — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Olivir Gabardo — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Pinto Dias — Roberto Galvani — Roberto Wypych — Seme Scaff — Túlio Vargas — Wilson Fortes (36), achando-se ausente o sr. deputado Sílvio Barros (1).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

#### INDICAÇÃO

Sr. Presidente:

Na qualidade de Líder da Bancada do Movimento Democrático Brasileiro, com assento nesta Casa de Leis, encaminho à Mesa os nomes dos Deputados do M.D.B. para comporem as Comissões Técnicas deste Legislativo.

#### 1.º — COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputados — Alencar Furtado e Nelson Buffara.

Suplentes:

Deputados — Sílvio Barros e Olivir Gabardo.

#### 2.º — COMISSÃO DE ORÇAMENTO:

Deputado — Sílvio Barros.

Suplente:

Deputado — Nelson Buffara.

#### 3.º — COMISSÃO DE FINANÇAS:

Deputado — Sílvio Barros.

Suplente:

Deputado — Alencar Furtado.

#### 4.º — COMISSÃO DE TRANSPORTES, OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Deputado — Eurico Batista Rosas.

Suplente:

Deputado — Nelson Buffara.

#### 5.º — COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Deputado — Alencar Furtado.

Suplente:

Deputado — Sílvio Barros.

#### 6.º — COMISSÃO DE TERRAS, COLONIZAÇÃO E IMIGRAÇÃO

Deputado — Nelson Buffara.

Suplente:

Deputado — Eurico Batista Rosas.

#### 7.º — COMISSÃO DE REDAÇÃO

Deputado — Sílvio Barros.

Suplente:

Deputado — Olivir Gabardo.

#### 8.º — COMISSÃO DE POLÍCIA

Deputado — Nelson Buffara.

Suplente:

Deputado — Eurico Batista Rosas.

#### 9.º — COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Deputado — Eurico Batista Rosas.

Suplente:

Deputado — Olivir Gabardo.

#### 10.º — COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS

Deputado — Olivir Gabardo.

Suplente:

Deputado — Sílvio Barros.

#### 11.º — COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Deputado — Alencar Furtado.

Suplente:

Deputado — Olivir Gabardo.

#### 12.º — COMISSÃO DE TURISMO

Deputado — Nelson Buffara.

Suplente:

Deputado — Eurico Batista Rosas.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1970

(a) — Olivir Gabardo

Líder do MDB

Adendo: Substitui-se na Comissão de Justiça o deputado Olivir Gabardo pelo deputado Nelson Buffara.

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, na qualidade de Líder da Bancada da "Aliança Renovadora Nacional", indica os seguintes senhores Deputados para comporem as Comissões Técnicas abaixo denominadas:

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Titulares: — Emílio Carrazai — Ivo Tomazoni — Arnaldo Busato — Paulo Poli — Abrahão Miguel — Paulo Camargo — Armando Queiroz de Moraes — Luiz Renato Malucelli — Túlio Vargas.

Suplentes: — Antônio Lopes Júnior — Olavo Ferreira — João Mansur — Pinto Dias — Luiz Cruz — Wilson Fortes — Ovidio Franzoni — Roberto Galvani — Fabiano Braga Côrtes — Amadeu Puppi.

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Titulares: — Jorge Sato — Fuad Nacli — Abrahão Miguel — Roberto Galvani — Luiz Roberto Malucelli — Roberto Wypych.

Suplentes: — Ovidio Franzoni — Arnaldo Pereira Lima — Luiz Cruz — Pinto Dias — Antônio Lopes Júnior — João Mansur — Fabiano Braga Côrtes.

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Titulares: — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni — João Mansur — Roberto Wypych — Paulo Poli — Wilson Fortes.

Suplentes: — Antônio Lopes Júnior — Seme Scaff — Pinto Dias — Ivo Tomazoni — Luiz Cruz — Igo Losso — Amadeu Puppi — Jorge Sato.

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Titulares: — Fabiano Braga Côrtes — Agnaldo Pereira Lima — Ivo Tomazoni.

Suplentes: — Igo Losso — Olavo Ferreira — Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior.

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Titulares: — Igo Losso — Luiz Cruz — Roberto Wypych — Olavo Ferreira.

Suplentes: — Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior — Abrahão Miguel — Seme Scaff — Amadeu Puppi.

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Titulares: — Fabiano Braga Côrtes — Igo Losso — Luiz Renato Malucelli — Agnaldo Pereira Lima.

Suplentes: — Abrahão Miguel — Emílio Carrazai — Luiz Cruz — Wilson Fortes.

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

Titulares: — Ivo Tomazoni — Roberto Galvani — Olavo Ferreira — Agnaldo Pereira Lima.

Suplentes: — Fabiano Braga Côrtes — Igo Losso — João Mansur — Ovidio Franzoni.

#### COMISSÃO DE POLÍCIA

Titulares: — João Mansur — Seme Scaff — Pinto Dias — Roberto Galvani.

Suplentes: — Luiz Cruz — Paulo Camargo — Luiz Renato Malucelli — Igo Losso.

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Titulares: — Arnaldo Busato — Ovidio Franzoni — Amadeu Puppi — Paulo Camargo.

Suplentes: — Emílio Carrazai — Igo Losso — Seme Scaff — Fabiano Braga Côrtes.

#### COMISSÃO DE TOMADAS DE CONTAS

Titulares: — Paulo Poli — Abrahão Miguel — Seme Scaff — Agnaldo Pereira Lima.

Suplentes: — Wilson Fortes — Luiz Cruz — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni.

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Titulares: — Fabiano Braga Côrtes — Igo Losso — Olavo Ferreira — Seme Scaff.

Suplentes: — Luiz Renato Malucelli — Jorge Sato — Túlio Vargas — Armando Queiroz — Fuad Nacli.

#### COMISSÃO DE TURISMO

Titulares: — Luiz Renato Malucelli — Seme Scaff — Wilson Fortes — Pinto Dias.

Suplentes: — João Mansur — Luiz Cruz — Fabiano Braga Côrtes — Arnaldo Busato — Olavo Ferreira.

#### COMISSÃO DA LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS — (ESPECIAL)

Jorge Sato — Abrahão Miguel — Armando Queiroz — Paulo Poli — Antônio Lopes Júnior.

Em 14 de abril de 1970.

(a) — Erondy Silvério

#### REQUERIMENTOS:

— De autoria do sr. deputado Leopoldo Jacomet, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei: 13-69 — 102-69 — 153-69 — 7-70 — 12-70 — 30-70 e 21-70.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, na qualidade de suas atribuições e na forma regimental, requer a inserção em Ata de voto de pesar pelo falecimento, em

noessa Capital, do senhor Francisco Lachoski, tronco de tradicional família paranaense, que era genitor do ex-deputado Estadual Ladislau Lachoski.

Requer, ainda, que se dê ciência à família enlutada da decisão do nobre Plenário.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1970.

(a) — Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, requer, se digno V. Exa. destinar representação desta Casa a fim de prestigiar a realização do 2.º Festival Brasileiro de Trovadores, a ser lugar em Maringá de 18 a 21 do corrente.

Trata-se de certame de expressão nacional, de difusão de talento e cultura, ao qual deve o Poder Público estimular e apoiar.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1970.

(a) — Ivo Tamazoni

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscrive, requer, se digno V. Exa. destinar representante desta Casa a fim de prestigiar a realização do 2.º Festival Brasileiro de Trovadores, a ser lugar em Maringá de 18 a 21 do corrente.

Trata-se de certame de expressão nacional, de difusão de talento e cultura, ao qual deve o Poder Público estimular e apoiar.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1970.

(a) — Tullio Vargas

# PROJETO DE LEI

Projeto de Lei nº 39-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de Poeta Honorário do Paraná, ao poeta Liberalino Estevam.

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1970.

(a) — Antônio Lopes Júnior

## JUSTIFICATIVA:

Liberalino Estevam, capense de nascimento, está em nosso Estado há 20 anos. E sempre fazendo versos. Versos de fácil comunicação, alguns deles já tornados folclore e passaram a ser repetidos de boca em boca. Criador dos poemas "Cachinho e Marmelada", está hoje sobre matéria permanente na "Gazeta do Povo", as famosas "Populinas". Já todos os acontecimentos notáveis de nosso Estado, são abordados com muito realismo e propriedade. A sua poesia que é poesia do povo, está no Canal 4 e no Canal 6, realiza curso diário de poesia com audiência extraordinária. Há tempo, realizou uma exposição de poesias, ocasião em que efetuou um bilão de versos vendendo uma setelha por um mil cruzeiros novos e um volume por quatrocentos. E o poeta da comunicação social e popular que o povo entende e gosta. Justo que se lhe dê o título de Poeta Honorário do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao sr. deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A cidade de Paranaguá recebeu, com enorme e inconfundível satisfação, a indicação do dr. Luiz Antônio Pinho, que foi nomeado para as elevadas funções de Diretor Técnico da Administração do Porto de Paranaguá. Filho de tradicional família paranaense, o dr. Luiz Antônio Pinho já vinha exercendo aquelas funções há mais de dois anos, onde teve ocasião de demonstrar sua elevada capacidade, honestidade e seriedade, bem como seus bons resultados, fazendo com que o Porto de Paranaguá chegasse às condições de hoje, uma vez que era um Porto deficiente e hoje, apresenta resultados positivos.

Estou aqui nesta tribuna, sr. Presidente, para aplaudir o gesto do exmo. sr. Secretário de Transportes e do sr. Governador do Estado, que acertaram sobremaneira indicando um técnico de renome para a função de Diretor Técnico do Porto de Paranaguá.

Essa indicação fez e muito poderá fazer para o principal escoadouro de nosso Estado, um certo desenvolvimento de sua atividade demonstrando de sua capacidade durante o tempo em que esteve exercendo essas funções.

Em nome do povo de Paranaguá, aplaudo esse gesto e agradeço, dizendo que a família paranaense se sente orgulhosa de ter um seu filho investido naquelas elevadas funções. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande.

EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, sr. deputado Armando Queiroz.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Presidente, srs. Deputados.

(Lendo) "Assumo a tribuna para discutir com V. Exas. assunto político de alto interesse para todos nós, para a ARENA e para o próprio Paraná.

Acredito ser necessário que se o provoque, que se o leve a debate, enfim, que se o analise e que cada um lançando os seus argumentos manifeste a sua opinião. Se assim o fizermos e se assim nos propusermos, é evidente, estaremos colaborando, ajudando, e em especial participando de temas indiscutivelmente políticos. E não poderia haver local mais apropriado do que este, porque afinal, pela sua própria tradição, a Assembleia Legislativa é uma Casa política. Todavia, em virtude das circunstâncias que nos cercam e de todos esses fatos e atos que têm diminuído tanto a grandeza deste Poder, verifico que em área embora vinculada intimamente a nós, está se deslocando para domínio da imprensa falada e escrita. Em verdade, o problema não só interessa, como emociona e empolga. Tem nos faltado, todavia, disposição e alento para abordá-lo.

A imprensa, acredito, além daquilo que possa refletir em seu próprio pensamento, das soluções que defende e dos desfechos que advoga, deve desejar subsídios, outros grandes de fontes legítimas, através de dados, entrevistas e pronunciamentos, de modo que cotejando-os, possa dar melhor equacionamento e assim levá-lo à apreciação da opinião pública. Assim pessoalmente deduzi. Daí porque, resolvi dizer o que penso e o que sinto. E outra coisa não revela senão tudo aquilo que já havia afirmado

ao deputado Rondon Pacheco, presidente nacional da ARENA.

Este é o ano das eleições e a grande manchete é a sucessão nos Estados da Federação, a par da renovação do Legislativo, desde o Senado passado no Congresso das Turbas e das Assembléias. Todavia, desde o advento da República que o episódio das eleições foi matéria apaixonante, sempre provocou curiosidade e sempre foi causa de tensões, especulações e empolgação, tudo característico e peculiar do evento em si. Todavia, agora, no que se constitui o problema se torna mais complexo, muito mais agudo e muito mais delicado e por isso mesmo bem mais polêmico. Outrora, os desfechos nos vinham através de métodos e práticas habituais e costumeiras. Hoje não. Fatores outros, não tradicionais, condições novas até então desconhecidas estão a influenciar, a orientar e a determinar soluções; consequentemente, a natural curiosidade passamos para o estado de angustiante expectativa, das tensões corriqueiras evoluímos para um verdadeiro frenesi emocional e, assim, aos poucos vamos caminhando rumo ao suspense coletivo, tudo como fruto de uma nova situação. Temos presente no Eufício da Assembléia, através do extenso propósito de aguar, corrigir e ordenar a vida político-brasileira em termos tais, que uma democracia honesta, austera e responsável se instaure definitivamente, e esta ideia levada à prática identificada já com fatos consumados, nos permite confiar plenamente no bom senso do seu executor, e dela se irradiam e se irradiam ainda novos princípios, novos conceitos e novas regras, a dar causa a teses de toda ordem e especulações, as mais contraditórias, divergências as mais desconexas, conclusões as mais distorcidas, todos têm a imaginação a funcionar, atônitos uns, perplexos outros, surpresos muitos, esquemas estaduais aparentemente invulneráveis caem ao primeiro impacto, situações regionais tidas como embalsamadas não resistem ao primeiro sopro, lideranças por antecipação rítmicas, desmoronam-se irremediavelmente, estruturas poderosas não se suportam, candidatos consagrados hoje, esquecidos amanhã, e assim, sobre os destroços de um passado recente mas viciado, se vai definindo a nova orientação política. Para cada caso, a melhor solução revolucionária a mente febril dos homens não cessa, todavia. Continuam as reuniões políticas, discutem os Partidos e disso resultam novas Leis e novas Emendas, a situação e a rejeição os anseios de cada um, de grupos, talvez de agremiações, possivelmente.

Não sei se expus, mas francamente está a mim o assunto.

No Paraná, até a chegada do deputado Rondon Pacheco, tudo o que se falou, tudo o que se escreveu, e o que se afirmou, pode ser debatido à imaginação criadora e inventiva, ou mesmo especulativa de cada um. Quando muito se estava a arriscar um palpite, a alcançar uma hipótese, a aventurar uma solução. Pós-se de volta S. Exa., mas deixou conosco outras preocupações e muito sérias, com a responsabilidade que tem, de presidir um novo partido que é o nosso e de querer vê-lo vitorioso não limitou suas observações tão só à sucessão estadual.

Den-tre a preferência, é certo, no entanto, jamais se esqueceu de um outro problema, qual seja, as eleições para o Senado da República. Sabe ele como nós sabemos, que a ARENA fará o futuro Governador, afinal, o Partido dispõe nesta Casa de 33 votos.

No entanto, isto não prova nada, porque o colégio eleitoral já está formado e qualquer pessoa pode, desde já, antever o resultado. A mesma certeza não existe, contudo, com relação ao Senado. A ARENA tem tudo para vencer, mas não venceu ainda. E esta será a grande prova, será o grande teste, e por eles, pela prova e pelo teste, terá que passar a política revolucionária. E quem vai julgar será o povo através das urnas. Daí porque entendo que, no Paraná, o problema sucessório não pode e não deve ser analisado isoladamente.

A sucessão neste episódio senatorial está na dependência de uma escolha feita para o Palácio Iguaçu. Reconheço e admito o deputado Rondon Pacheco, que duas grandes lideranças enfileiravam em suas mãos a política paranaense, Paulo Pimentel e Ney Braga. E a verdade incontestável é que Paulo Pimentel, se bem que é eleito, não é eleito para o Senado, absolutamente necessário que estejam unidos, juntos, lutando pela mesma causa.

Afinal, sr. Presidente e srs. Deputados, na cartada que se avizinha, estará em jogo no Paraná, de um lado o destino da ARENA e de outro, a sorte da política da Revolução, ambos orientados e comandados diretamente pelo Presidente Garrastazu Médici. Deste entendimento que precisa vir, não há, sem dúvida, a convicção do duplo sucesso, e deste mesmo entendimento deve sair o nome do futuro Governador do Estado. E ainda emanado deleitos candidatos ao Senado. Daí eu reafirmar, sabia precisa ser a escolha do futuro Governador. Este candidato, seja ele quem for, não poderá nunca estar divorciado do sr. Paulo Pimentel, porque a enveredar por outro caminho será um ato simplesmente temerário. Poderá, inclusive, por em risco uma eleição com sintomas de vitória tranquila e, para tanto, basta o desinteresse do sr. Paulo Pimentel. Basta que S. Exa. se afaste dos palanques e dos comícios. A sua ausência implica no raciocínio popular em não apoio e o não apoio, mesmo por omissão, é prenúncio de derrota. E os efeitos de uma derrota como essa se farão sentir em todas as áreas da ARENA e seus reflexos poderão ser imprevisíveis. Por melhor que possam ser os candidatos ao Senado, jamais poderão eles prescindir da força e do prestígio desse moço Governador. E preciso que se diga, de uma vez por todas, no grande taboleiro todos podem dar o seu lance, mas só um tem o poder do "cheque mate" derradeiro, é o Sr. Paulo Pimentel. Se a Revolução pretende mesmo alcançar a intimidade do povo, ver-se populizada, e mais do que isto, aplaudida por esse mesmo povo, ela, no meu entender, não pode se dar ao luxo de menosprezar, de desprezar ou mesmo de dispensar lideranças já comprovadas, legítimas e idôneas, porque essas são os reais instrumentos que a Revolução tem para chegar ao povo e aí permanecer.

Tenho, para comigo que se o sr. Paulo Pimentel pretender retornar ao Palácio Iguaçu, em 1974, encontrará as portas abertas. O povo as abrirá, como reconhecimento de uma extraordinária obra administrativa. Tenho para comigo que S. Exa., pela experiência que adquiriu, pela visão de Governo que demonstrou possuir, pelo dinamismo do seu trabalho e pelo otimismo que o caracteriza, seria extraordinariamente útil para o Paraná, como Senador da República.

Tenho ainda para comigo que no desempenho de função tão alta e nobilitante, mais fácil lhe seria a jornada do retorno.

Tenho para comigo, finalmente, que devido à projeção nacional do mandato, empreitadas outras de grande vulto poder-lhe-iam ser entregues.

E foi pensando assim que sempre advoguei a ida do sr. Paulo Pimentel ao Senado. E o fiz publicamente, em diversos pronunciamentos, embora sa-

bendo que para minha vida política particular isso implicaria em prejuízo, certo estou, que seria auxiliado por S. Exa. no meu propósito de reeleição. E no Governo isso seria mais fácil.

Entretanto, o sr. Governador jamais postulou lugar no Senado. Tem dito e repetido isso continuamente. Nunca fez segredo para ninguém. A sua meta, a sua vontade tantas vezes revelada é entregar à gente paranaense as grandes obras de seu Governo. Entre elas, a Usina Capivari-Cachoira, a estrada de ferro Ponta Grossa-Apucarana, as estradas de rodagem pavimentadas Maringá-Umuarama, Três Pinheiros-Pato Branco, Ponta Grossa-Itararé, Teotônio Guarára, e outras.

Teotônio Guarára, a estrada de ferro, que remeter ao seu mandato de Governador seis meses antes das eleições — 15 de maio — e assim sendo, não teria condições de ver concluídas as obras pelas quais tanto se empenhou.

Hoje, no entanto, as coisas estão querendo mudar. Tem-se como certa a redução do prazo de desincompatibilização para três meses. As razões que S. Exa. invocava para não aceitar não perduram mais, dado que os grandes feitos do seu Governo deverão ser inaugurados antes de 15 de agosto — prazo fatal. A grande missão estará, pois, praticamente cumprida.

E além disso, anota-se que é o próprio Presidente da República quem deseja reduzir esse prazo. O texto de lei que se enviou ao Congresso, traz a chancela da idéia revolucionária, originária que é do próprio Executivo Federal. Que terá validade afinal, para uma reviravolta dessa ordem, com implicações tão sérias?

Cada qual que dê a sua interpretação, que tire as suas deduções, mas não ponho todos estarão de acordo. Abriram-se novas perspectivas aos atuais governadores. E daí estarmos a ver muitos chefes de Executivos a admitir suas candidaturas ao Senado. Será que razões políticas aconselham essa medida? Pode bem ser, dada a complexidade de interesses em jogo, e o provável, aliás certo, de acomodar situações políticas. Tudo é evidente, com o objetivo de evitar defeições e manter consolidada e coesa a pujança do Partido.

Pode bem ser, também, que o Presidente Garrastazu Médici, diante das grandes dificuldades que tem pela frente, provias de um Governo com sentido renovador, queira ter ao lado, em funções outras, os atuais governadores, por se convencer que não deve abdicar da experiência e do prestígio de cada um.

Vou mais longe ao pretender vislumbrar nesse ato presidencial, talvez convite aos governadores para que se candidatem ao Senado.

Assim, sr. Presidente ao alinhar esses elementos, robustece-me a convicção de que o sr. Paulo Pimentel deve rever o problema, para afinal se decidir pela aceitação do novo encargo.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, sr. deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados. Desejo, inicialmente, desta tribuna, saudar o ilustre ex-presidente desta Casa, João Chede, que hoje nos visita. Foi através de meu falecido sogro, Luiz dos Santos, que tive a oportunidade de conhecer este grande Deputado. Este grande ex-presidente desta Casa que por aqui passou honrando a Presidência, com o trabalho que desenvolveu como representante das regiões que o elegeram.

Quero, nesta oportunidade, saudá-lo em meu próprio nome e daquele que muito o estimava, quando em vida.

Sr. Presidente, recebemos desta Casa a honrosa incumbência de, juntamente com outros deputados, Olívio Gabardo, Pinto Dias, Luiz Cruz e Euclides Nelli, representar o Legislativo Paranaense na VII.ª Exposição Agro-Pecuária de Londrina.

Sr. Presidente, ainda está bem viva em nossa mente, o retumbante sucesso desta 7.ª Exposição Agro-Pecuária. Acredito, sr. Presidente, e falo sem medo de errar, de que até hoje no Paraná não foi realizada nenhuma Exposição que alcançasse tão grande êxito, como esta, a de Londrina, e a 7.ª Exposição Feira Agro-Pecuária.

Além da presença do Governador do Estado e seu Secretariado, estiveram presentes, também, o Ministro da Agricultura do Paraguai, acompanhando de uma delegação, composta de mais de 50 paraguaios, e alguns foram à Exposição para presenciar o que o Paraná e o Brasil têm de melhor no setor agro-pecuário.

Sr. Presidente, tivemos também a presença do Ministro da Fazenda, professor Antônio Delfim Neto, que recebeu uma verdadeira consagração popular com a visita que fez a Londrina. Em todos os seus contatos com os homens da pecuária, do comércio, da indústria, S. Exa., com uma inteligência, incomum, uma vivacidade e uma agilidade mental fabulosas, a todos cativou, porque, permitindo o diálogo, fez com que pudéssemos compreender, aquele grande homem que ocupa uma das pastas mais difíceis que é o Ministério da Fazenda, trazendo ao Paraná uma palavra franca, um diálogo honesto, reconhecendo os erros e as falhas de seu ministério e do próprio governo.

Quando sr. Presidente, em uma publicação do seu cargo, o professor Delfim Neto tem a humildade de, num diálogo em que se apresentou, reconhecer as falhas e os erros do Governo, é um Ministro, é um homem público que deve merecer todo o nosso respeito e toda a nossa consideração. E pediu, S. Exa., com remissão às classes produtoras que ajudassem o Governo, a fim de não mais cometer erros, enviando relatórios, sugestões, enfim a sua colaboração, a fim de que estes erros não fossem mais repetidos.

Sr. Presidente, tivemos também presente, o Ministro da Indústria e Comércio, Vinícius de Moraes, jovem de 31 anos, de uma inteligência rara, falando 8 línguas, conhecedor profundo da Pasta que com brilhantismo ocupa. S. Exa. trouxe a Londrina, com a sua presença, notícias aos cafeicultores brasileiros e paranaenses, dizendo que já está no Banco do Brasil ordem de financiamento para a renovação da cafeicultura paranaense, mas trouxe também uma notícia que muito nos alarmou, o problema da República, ou melhor, da ferrugem do café, problema dos mais sérios, problema que quando apareceu em Ceilão, em dois anos dizimou completamente o café.

Sr. Presidente, já foi destinada, pelo Ministro da Fazenda, através do Ministério da Indústria e Comércio e Instituto Brasileiro do Café, a importância de 50 milhões de cruzeiros novos para que se iniciem obras que tenham condições de combater essa grande praga que poderá liquidar com essa grande riqueza, que é o sustento da economia brasileira.

Sr. Presidente, faço nesta oportunidade um apelo ao Líder do Governo, que leve ao sr. Governador, diante da ameaça que representa a Hemileya ou ferrugem aos cafeais paranaenses, porque já atingiu a Bahia, Espírito Santo, já está em Minas Gerais, invadindo São Paulo e poder vir a atingir os ca-

feais paranaenses, dizimando-os completamente, faço um apelo para que haja uma fiscalização das mais rigorosas e eficientes na fronteira paranaense, a fim de que aqueles Estados, da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo não entrem no Estado para industrialização e aqueles que aqui já existem, que sejam imediatamente industrializados e a sua capacidade incluída, a fim de que essa praga não venha a atingir os cafeais paranaenses, porque seria um verdadeiro desastre para a economia paranaense, que ainda não tem a sua base na industrialização.

Sr. Presidente, uma série de grandes autoridades se fez presente como V. Exas. puderam verificar a essa grande Exposição Agro-Pecuária de Londrina, e para encerrar o brilhantismo daquela Exposição, esteve também presente, não oficialmente, mas recebendo a maior manifestação popular de que temos conhecimento na história do Paraná, o senador Ney Braga, que lá no Aeroporto de Londrina, e através de um amigo que lhe foi oferecido recebeu todo o carinho, admiração e gratidão não só do povo de Londrina, mas do povo do norte paranaense, porque o Parque Governador Ney Braga, foi construído pelos pecuaristas do Norte do Paraná, mas com o dinheiro dado pelo ex-Governador e ex-Ministro de Agricultura.

Fica aqui, portanto, sr. Presidente, srs. Deputados, um relato muito sucinto de nossa presença durante a 7.ª Exposição Agro-Pecuária e queremos também, nesta oportunidade, dar o nosso aplauso à Diretoria da Associação Rural do Norte do Paraná que, com grande brilhantismo, soube organizar um programa, a fim de que atraísse para o Norte do Paraná, para Londrina, altas figuras da política nacional.

E também, nesta oportunidade, os nossos agradecimentos a esse grande amigo, Horácio Sabino Coimbra que, através de sua amizade com as autoridades federais, soube levar a Londrina os ministros para que, num diálogo franco e sincero, ouvissem o povo e suas reivindicações e as levantassem para o Governo Federal o que o Paraná precisa para poder continuar dando a colaboração que tem dado, efetiva e eficiente para a economia brasileira.

Era só, sr. Presidente. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa tem a grande satisfação de consignar a presença, neste Plenário, do sr. João Chede, paranaense ilustre que, entre tantos títulos, tem o de constituinte de 47, tendo sido Presidente desta Casa, no cômico em que foi promulgada aquela Carta.

Esta Presidência deseja a S. Exa. votos de felicidades e agradece a honrosa visita.

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito para o Grande Expediente, sr. deputado Erondy Silveiro.

O SR. ERONDY SILVEIRO — Sr. Presidente, srs. Deputados. Sejam as nossas primeiras palavras de contentamento, de alegria e também, de saudade a um nome honrado como é o do ex-deputado João Chede, que hoje visita esta Casa. Ele que, tanto a honrou e dignificou, Presidente deste Poder por duas vezes, inclusive em 47, quando promulgou a 1.ª Constituição do Paraná, após o período ditatorial de 30 a 45, velho companheiro de lutas partidárias, eis que representava ele, nesta Casa, o extinto Partido Social Democrático.

As regiões que ele tão bem representou nesta Casa, soube levar o processo o conteúdo, principalmente ao homem do campo.

Seu trabalho, neste Legislativo, foi daqueles que ficará gravado eternamente nos Anais da Casa, como exemplo de homem probo e digno que honrou sua geração de políticos.

Assim, recebe, em nome da liderança da ARENA, a nossa satisfação muito grande.

Em segundo plano, sr. Presidente, srs. Deputados, não podíamos deixar passar em branco, nesta data, a entrevista concedida pelo sr. Secretário de Transportes, Eutídes Mascarenhas Ribas, sobre a obra do Governo Paulo Pimentel, no setor rodoviário. É um plano audacioso que está sendo cumprido, como nunca se fez na História do Paraná. Basta dizer que, em apenas quatro anos da atual administração, foram pavimentados 1.375 quilômetros de rodovias dentro do arrojado plano de obras do Governo do Estado.

O mais importante de tudo isso é que, antes do Governo Paulo Pimentel, a rede rodoviária pavimentada no Estado do Paraná, era de apenas 810 quilômetros. Srs. Deputados, a atual administração mais que duplicou o número de estradas pavimentadas em apenas quatro anos. Este número expressivo, se comparado com o número de rodovias em 116 anos de emancipação política do Paraná, mais cresce de valor.

Podemos, queremos fazer um parêntese em nosso pronunciamento: isso não quer dizer que estejamos nesta tribuna tecendo críticas às administrações anteriores. Nós sabemos que os tempos mudaram; nós sabemos, portanto, que as condições, hoje, são mais amenas, mais propícias à administração do Paraná. Uma nova mentalidade se implantou na administração. Antes a arrecadação era pequena, o progresso era menor. E os governantes realizavam verdadeiros prodígios, porque contavam apenas com a arrecadação orçamentária proveniente dos impostos, desde que as taxas tinham — e têm ainda — fim específico.

Na década de 60-70, as condições melhoraram consideravelmente, hoje finalmente, financiamentos externos propiciam aos governos um plano mais arrojado, principalmente em relação às obras de infra-estrutura.

Por isso discordamos de um sr. Deputado desta Casa quando, há poucos dias, apresentava um pedido de informações ao Governo a fim de que esta Casa subseia o montante da dívida externa do Estado do Paraná. Nós discordamos, naquela oportunidade, porque não consideramos dívida externa aquele dinheiro empregado em obras públicas, aquilo que o Governo está fazendo com arrojo, coragem e audácia.

Tem trazido capitais de todas as partes do mundo, a fim de cumprir as suas metas e que se propôs no início do seu Governo, e os frutos ali estão, 1.375 quilômetros de rodovias pavimentadas, em apenas 4 anos. Isto é um investimento, sr. Deputados, um investimento muito sério. Vendo os povos do Paraná em termos de progresso, em termos de bem-estar. Portanto, não considero dívidas esses empréstimos; considero um investimento sério, que se pagará à custa do aumento dos bens de produção, da riqueza em circulação, e, consequentemente, do aumento de arrecadação.

Pelo este parêntese interrompo, a fim de que não sejam mal interpretadas as nossas palavras, que não são de crítica àqueles governos que antecederam o Governador Paulo Pimentel, mas, antes, de elogio, porque dentro dos recursos de que dispunham, também realizaram obra administrativa de grande envergadura no nosso Estado; o atual Governador foi afortunado, porque conseguiu, neste plano arrojado ao governo, fazer uma administração que até aqui tem sido ímpar na História do nosso Estado.

(Lê): — "Ressalte-se que todas as regiões paranaenses foram atendidas. O Sul, o Norte, o Centro-Oeste, o Sudoeste; uma integração de caminhos foi feita em apenas quatro anos, por todo o território estadual. Isto dentro de um esquema previamente estabelecido, sem atender a interesses políticos locais".

Além, este é um fato digno de registro. O Governador Paulo Pimentel jamais se ateu a problemas políticos, mas sim, aos problemas geo-econômicos das regiões.

(Lê): — "O atendimento às necessidades econômicas regionais foi o que orientou o plano estabelecido e cumprido à risca, com um ano de antecipação. São estradas a escoar a produção de cereais, como a Pato Branco-Irês-Pinheiros, que será inaugurada até fins de maio, ou a ligação Ponta Grossa-Itararé, encurtando em 50 quilômetros a distância para São Paulo e desalojando o tráfego pela BR-116, já sem condições de atender à demanda de veículos que a utilizam".

Temos a estrada dos minérios, que será inaugurada agora, no próximo dia 21 de abril, que vai atender a uma região de grande desenvolvimento no Paraná, que é a região dos minérios.

(Lê): — "São novos caminhos, srs. Deputados, novos caminhos em que o interesse social também não deixou de ser atendido. No litoral, uma estrada está chegando a Guaracema, uma região isolada há quinhentos anos do resto do Paraná, apesar de situada logo ali no Atlântico, e bérpo da civilização paranaense. Uma estrada corta as selvas. Embora a importância seja local, não se pode desconhecer que Guaracema era o único município do Paraná, apesar de situado no litoral, como já disse, que não estava integrado no restante do Estado.

Por tudo isso, só posso congratular-me com o Governo Paulo Pimentel. O Governo diz que o Paraná tem fome de estradas, para justificar seu arrojado plano de obras, como nunca se fez na história da civilização paranaense; esta fome diminuiu muito nestes últimos quatro anos. Diminuiu exatamente 1.375 quilômetros de asfalto, um passo gigantesco em prol do desenvolvimento paranaense, sabido como é que a estrada é a condição básica para qualquer progresso, já que é por ela que caminha a riqueza, que se escoar a produção, que os homens se comunicam.

Nada foi esquecido no setor rodoviário. Só os serviços de recapamento foram de 192 quilômetros, porque o Governo Paulo Pimentel sabe que não basta construir rodovias, mas é preciso conservar as já existentes.

Pelos caminhos do Governo Paulo Pimentel, senhores Deputados, cresceu o novo Paraná, o Paraná jovem, integrado dentro de um país que se desenvolve e para o qual o nosso Estado, felizmente, tem sido um bom exemplo de administração audaz, o Governo arrojado que caminha para o seu grande destino".

O caminho que traçou Paulo Pimentel, nós podemos nos orgulhar que temos exercido o nosso mandato neste Governo, porque podemos, de cabeça erguida, principalmente no setor rodoviário, chegar em nossas regiões e dizer aos nossos companheiros de todo este imenso Paraná, que cumprimos o nosso dever; apoiamos uma administração sã, que não teve outro escopo e objetivo senão cumprir as metas a que se propôs no início do seu Governo.

Para finalizar, srs. Deputados, queremos nos congratular desta tribuna com o nobre vereador Arlindo Ribas de Oliveira, do Movimento Democrático Brasileiro, com assento à Câmara Municipal de Curitiba. S. Exa. apresentou à consideração de seus Pares, daquela colenda Casa de Leis do Município de Curitiba, Projeto de Lei que visa denominar uma das importantes vias públicas de Curitiba, de "Hermínia Lupion", justamente hoje que se passa um ano do falecimento da respeitável dama paranaense. Dissemos desta tribuna, ao povo do Paraná, da obra de Hermínia Lupion no campo da bem-estar social. Acho que é cair no vazio, porque todo o Paraná conhece o que foi o trabalho de Hermínia Lupion em favor dos desamparados da sorte, dos sofrendores, daqueles que precisam do carinho da mão paranaense. Encontraram eles em Hermínia Lupion esta mão disposta a dar o seu carinho aos desvalidos da fortuna e da sorte, tantos foram as obras no campo social construídas sob inspiração de Hermínia Lupion, seria aqui impossível enumerá-las, mas a mais importante talvez esteja no marco para o correr dos tempos, a Escola Hermínia Lupion. Também a Fundação Paranaense do Estudante Universitário é tantas e tantas obras que se tornaria cansativo a enumeração. Por isso é que nós nos congratulamos com o nobre vereador Arlindo Ribas de Oliveira, que neste instante entrega à Câmara Municipal de Curitiba, para consideração dos seus Pares, Projeto de Lei que visa homenagear para perpetuar o nome honrado de Hermínia Lupion. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 srs. Deputados.

Sobre a Mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Antônio Lemos Junior, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Já se encontram sobre a Mesa, os expedientes em que as lideranças partidárias indicam seus representantes nas diversas Comissões. Assim sendo, a Mesa solicita aos srs. Deputados indicarem que se tratam a fim de que os órgãos técnicos, devidamente instalados, possam de imediato, estudar as sugestões que lhe foram encaminhadas. — Serão encaminhados à Divisão das Comissões, para as devidas anotações.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

— REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nr. 265-69, denominando "Grupo Escolar Sívio Zanini", o Grupo Escolar situado na sede do Município de Quatiguá. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 265-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado "Grupo Escolar Sívio Zanini", o Grupo Escolar situado na sede do município de Quatiguá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de fevereiro de 1970.

(aa) Ivo Tomazoni — Presidente.

Olívir Gabardo — Relator.

Roberto Galvani

Agnaaldo Pereira Lima

— 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nr. 345-68, de autoria do deputado Sívio Barros, que dá nova Redação à Lei nr. 13.466, de 30 de dezembro de 1966, que cria o Instituto de Reintegração do Legislativo Paranaense (IRLEP). — Pareceres Contrários da C.C.J. e C.F. — Em discussão.

O SR. ERONDI SILVERIO — (Para discutir). Sr. Presidente e srs. Deputados.

Votamos favoravelmente ao Projeto de Lei nr. 345-68 em primeiro e segundo turnos, porque esperávamos naquela oportunidade que o nobre Deputado autor do Projeto, Sívio Barros, contestasse o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que é contrário à aprovação do referido Projeto pela Casa. Bem como o Parecer da Comissão de Finanças, que também é contrário ao mesmo. Como não houve esta contestação, e como se encontra ausente hoje, o nobre Deputado Sívio Barros, queremos dizer à Casa, que votaremos contrariamente ao mencionado Projeto.

Porquanto o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, evidentemente nos impressionou, principalmente no seu item 3.º, quando, entre outras coisas, diz o seguinte:

Assim o Artigo 3.º, obriga o Presidente da Assembleia a colocar à disposição do Instituto, sem ônus, os funcionários necessários ao seu bom funcionamento.

Tal imposição é de todo injustificável, valendo subordinar o Presidente da Assembleia ao Instituto; trata-se de uma usurpação de prerrogativa. Além disso, pela letra "B", do Artigo 9.º, que trata da receita, esta se constituirá do saldo das diárias descontadas dos deputados que faltarem às sessões.

Ora, este dinheiro, evidentemente, é público; deve ser recolhido ao Tesouro, não podendo constituir fundo de natureza privada ou particular.

Como se portar, o dinheiro que é descontado dos srs. Deputados pelas sessões que faltarem, dá uma volta, e entra para o seu patrimônio, recebendo o que não lhes é devido.

Impressionou-me, sr. Presidente, srs. Deputados, o item 3.º do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que é fiel ao pensamento de toda a Casa.

Por estas condições, que nos põe o nobre deputado Sívio Barros, embora vejamos mérito na sua proposição, seremos obrigados a votar contrariamente ao mesmo. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a discussão.

O SR. OLIVIR GABARDO — (Para ordem). Sr. Presidente, solicitar a V. Exa. o adiamento de votação do referido Projeto, uma vez que o autor, o nobre deputado Sívio Barros, acha-se ausente, para evitar que afete inclusive a nossa posição pessoal.

Encaminho à Mesa o seguinte requerimento: (Lê):

"Sr. Presidente:

Requeiro, ouvida a Casa, o adiamento da apreciação do Projeto de Lei nr. 345-68, por 3 (três) sessões.

Em 14-4-70.

(a) Olívir Gabardo

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento de autoria do sr. deputado Olívir Gabardo. — Aprovado.

— 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nr. 267-69, de autoria do deputado Luiz Renato Malucelli, que autoriza o Poder Executivo, conceder a Elza Posselt, pensão mensal da NCRs 50,00 (cinquenta cruzeiros novos). — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

— 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nr. 260-69, de autoria do deputado Ernesto Moro, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de NCRs 25,00 (vinte e cinco cruzeiros novos), a Maria Serafina Fernandes, viúva de Leônicio Fernandes. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 260/69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de NCRs 25,00 (vinte e cinco cruzeiros novos), a Maria Serafina Fernandes, viúva de Leônicio Fernandes.

Art. 2.º — A despesa da presente Lei correrá à conta da verba própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de novembro de 1969.

(a) Ernesto Moro Redeschi

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei nr. 260-69

1.º) Visa o presente plano de lei, de autoria do nobre deputado Ernesto Moro Redeschi, autorizar o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de NCRs 25,00 (vinte e cinco cruzeiros), a Maria Serafina Fernandes.

2.º) Referido plano vem articulando e devidamente justificado, obedecendo determinação constante no Regimento Interno.

3.º) Trata-se de mera autorização, razão pela qual não fere disposição constitucional e legal. Quanto a sua oportunidade, nada a opor.

Isto posto, somos pela sua aprovação. E o Parecer.

Sala das Comissões, em 28 de janeiro de 1970.

(aa) Sívio Barros, Presidente — Olívir Gabardo, Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

Nobre é a iniciativa de lei do dep. Ernesto Moro Redeschi, que visa conceder uma pensão mensal a viúva Maria Serafina Fernandes, a qual se encontra no mais triste estado de pobreza. Como se trata de matéria autorizada, esta Comissão não encontra qualquer óbice, tendo em vista que o mesmo ficará na dependência do senhor Governador.

Pelo exposto opinamos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 19 de fevereiro de 1970.

(aa) Leopoldo Jacomet, Presidente — João Mansur, Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Erondi Silverio, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Francisco Lachoski. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, constante do

Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Eugênio Tadeo Drake. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Túlio Vargas, constante do Expediente, solicitando seja designado um representante deste Poder, solicitando seja designado um representante deste Poder, a fim de prestigiar o 2.º Festival Brasileiro da Trovadores, em Maringá. — **Aprovado.** Esta Presidência designa o autor do requerimento para representar esta Casa, naquela solenidade.

Requerimento de autoria do sr. deputado Leopoldo Jacomet, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para os Projetos de Lei ns. 13-69, 102-69, 153-69, 7-60, 12-70, 20-70 e 21-60. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã dia 15 (quinze), quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 248-69

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 287-69

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 260-69

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 229-68.

Levanta-se a sessão.

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS ATA DE INSTALAÇÃO

##### 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6.ª LEGISLATURA

Aos quatorze dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta, às dezesseis horas, na sala de reuniões, dessa Assembleia Legislativa, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas, com a presença dos seguintes Senhores Deputados Paulo Poli, Agnaldo Pereira Lima, Abrahão Miguel e Seme Scaff, representantes da Aliança Renovadora Nacional e Olívio Gabardo, representante do Movimento Democrático Brasileiro. De acordo com o Regimento Interno, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Paulo Poli. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a Comissão. Em seguida, o Deputado Abrahão Miguel fazendo uso da palavra pela ordem indicou o nome dos Senhores Paulo Poli e Olívio Gabardo para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os quais foram eleitos por aclamação dos demais membros da Comissão. A seguir, o Deputado Paulo Poli agradeceu a honra e a confiança com que foi distinguido pelos seus pares que o conduziram à Presidência da Comissão. O Senhor Presidente convocou nova reunião para amanhã, dia quinze de abril, às dezesseis horas. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual lavrei a presente ata que vai por mim assinada, bem como pelo Senhor Presidente.

aa) Paulo Poli — Presidente  
Agnaldo Pereira Lima  
Seme Scaff  
Abrahão Miguel  
Assinatura Illegível

##### 4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 12.ª Sessão Extraordinária Realizada em 14 de Abril de 1970

Presidência do sr. Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. Gabriel Manoel e Roberto Wypych.

As 15h00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olívio Belch, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Abrahão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carrazat, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nadi, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olívio Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Túlio Vargas e Wilson Forte (38); achando-se ausente o sr. deputado Sílvio Barros (1).

Verificada a existência de número legal, o Presidente declara aberta a

#### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Com a presença de 38 srs. Deputados, passa-se

#### ORDEM DO DIA

Discussão Única — da Proposição n. 305-69, Veto aposto ao Projeto de Lei n. 321-67, de autoria do dep. José Alencar Furtado, que autoriza o Poder Executivo criar o Curso Ginasial no Distrito de Maristela, Município de Alto Paraná, e das outras providências. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão.

O SR. LEOPOLDO JACOMET — (Pela ordem) Sr. Presidente, requiero que seja votada conjuntamente as Proposições constantes da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento de autoria do sr. deputado Leopoldo Jacomet. — **Aprovado.** Consequentemente em discussão seguintes Proposições:

Discussão Única — da Proposição n. 2-70, Veto aposto ao Projeto de Lei n. 500-67, de autoria do dep. Ivo Tomazoni, que autoriza o Poder Executivo a criar o Ginasio Estadual de Dois Vizinhos, Município do mesmo nome para funcionar a partir do ano letivo de 1.970. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão.

Discussão Única — da Proposição n. 306-69, Veto aposto ao Projeto de Lei n. 41-63, de autoria do dep. Jacinto Simões, que cria o Curso Científico anexo ao Ginasio Estadual de Paraná, na Cidade do mesmo nome, para funcionar a partir do ano letivo de 1.970, e das outras providências. — Re-

latório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE — Em votação as seguintes Proposições: 305-69, 2-70 e 306-69.

O SR. IVO TOMAZONI — Peço a palavra, sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. Deputado.

O SR. IVO TOMAZONI — Tão somente, sr. Presidente, para conhecimento dos Deputados, devo informar que realmente a Proposição 2-70 é consequência do Projeto de Lei n. 500-67 e não tem mais razão de ser, porquanto o Ginasio Estadual de Dois Vizinhos já foi criado, instalado e está em pleno funcionamento.

Por este motivo, no encaminhamento de votação, pediria aos srs. Deputados a manutenção do veto exarado pelo sr. Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE — Em votação das Proposições: O sr. 1.º Secretário irá proceder a chamada nominal dos srs. Deputados, para votação secreta.

(É feita a chamada dos srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE — Votaram 36 srs. Deputados. Convido os srs. deputados Nelson Buffara, Antônio Lopes Júnior e Olívio Gabardo para comporem a comissão escrutinadora.

(A Comissão designada procede o escrutínio)

O SR. PRESIDENTE — O resultado da votação foi o seguinte:

3 srs. Deputados votaram "sim";

26 srs. Deputados votaram "não";

7 votos em branco — Mantidos os vetos, rejeitados os projetos.

Nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a presente sessão, marcando outra extraordinária para amanhã, dia 15, quarta-feira, quinze minutos após a realização da sessão ordinária, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

Discussão Única — das Proposições ns. 3-70, 215-69, 307-69.

Levanta-se a sessão.

##### 4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 13.ª Sessão Ordinária Realizada em 15 de Abril de 1970

Presidência do sr. deputado Arthur de Souza, secretariada pelos srs. deputados Paulo Poli e Haroldo Bianchi.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olívio Belch, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Abrahão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carrazat, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nadi, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olívio Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Sílvio Barros, Túlio Vargas, Wilson Forte (37).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

#### SESSÃO O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

MENSAGEM 12-70

Curitiba, 8 de abril de 1970.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a criação do "Fundo Especial de Reequipamento Policial" — Funrespol — com a finalidade de reequipamento material da Polícia Civil do Estado.

2. A medida ora submetida a exame dessa Augusta Casa de Lei é altamente significativa e consulta plenamente aos superiores interesses da administração, eis que enseja condições a fim de que a Polícia Civil do Estado seja dotada de moderno e adequado equipamento, que se faz necessário ao pleno desempenho de suas específicas finalidades.

3. Para oferecer mais detalhados esclarecimentos sobre o assunto, é anexada sôca autentica na Exposição de Motivos n. 129-70, de 13 de fevereiro do corrente ano, oriunda da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública.

Certo de que o plano de lei ora submetido a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PAULO PIMENTEL — Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica criado o "Fundo Especial de Reequipamento Policial" — Funrespol — com a finalidade de prover recursos para reequipamento material da Polícia Civil do Paraná.

§ 1.º — Compreende-se por reequipamento material permanente a dotação de veículos, implementos de telecomunicação policial; máquinas e utensílios outros indispensáveis a constituição e funcionamento dos órgãos de polícia Judiciária.

Art. 2.º — O "Funrespol" será constituído dos recursos advindos da receita especificada na lei 5.432, de 20 de janeiro de 1967 que dispõe sobre a Tabela de Segurança Pública, tabelas A e E, com as alterações contidas na lei 6.670 de 8 de janeiro de 1970.

Parágrafo Único — Integram, ainda os recursos do "Funrespol".

c) — auxílios, subvenções ou dotações municipais, federais ou privadas, específicas as oriundas de convênios ou ajustes firmados com a Secretaria de Segurança Pública.

b) — recursos transferidos por entidades públicas ou particulares; dotações orçamentárias e créditos especiais ou adicionais que venham a ser, por lei ou por distribuição através de decreto governamental, atribuídos a órgãos de estrutura orgânica da SESP;

c) — o resultado da alienação de material ou equipamento julgado inservível;

d) — juros bancários de seus depósitos;

e) — quaisquer outras rendas eventuais.

Art. 3.º — Os recursos a que se refere o artigo 2.º, § 1.º, e alíneas serão, obrigatoriamente, depositados pelo Tesouro-Geral do Estado e outros, mensalmente, no Banco do Estado do Paraná S.A., em conta especial sob a denominação de "Fundo Especial de Reequipamento Policial" que será movimentada pelo Conselho Diretor do Furenspol, de acordo com a deliberação do mesmo sob a forma de Resoluções.

Art. 4.º — O saldo positivo do Furenspol apurado em balanço, em cada exercício financeiro será transferido para o exercício seguinte a crédito do mesmo Fundo.

Art. 5.º — O Fundo de Reequipamento de Polícia será administrado por um Conselho Diretor composto do Secretário de Segurança Pública como Presidente Nato, do Diretor da Polícia Civil como substituto eventual do Presidente do Assessor de Estudos e Planejamento da SESP, dos Delegados Chefes de Distrito e de um representante da Secretaria da Fazenda e um representante da Secretaria do Governo.

Art. 6.º — O Furenspol é dotado de personalidade contábil, com escrituração contábil independente de qualquer órgão da SESP.

Art. 7.º — Contra a conta bancária mencionada no artigo 3.º desta lei, somente se admitirão saques mediante cheques assinados conjuntamente pelo Presidente do Conselho Diretor e o Tesoureiro do Furenspol, designado para essa função pelo Secretário de Segurança Pública.

Art. 8.º — O Conselho Diretor, além de suas atribuições normais, exercerá duras fiscalização nas aplicações que vier a vir a dar aprovação, providenciando a reconstrução funcional pela má utilização e emprego desvirtuando dos bens adquiridos pelo Furenspol, além da decorrente indenização através de descontos impostos em folhas de vencimentos, após conclusão de sindicância promovida por três membros do Conselho Diretor.

Art. 9.º — Da aplicação dos recursos do Furenspol serão prestadas contas ao Tribunal de Contas do Estado, até 31 de março do ano subsequente.

Art. 10.º — O Poder Executivo, através de decreto, em 60 dias procederá a regulamentação da presente lei.

Art. 11.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA SEGURANÇA PÚBLICA  
Gabinete n. 129-70

Curitiba, 13 de fevereiro de 1970

Senhor Governador:

Tenho a honra de me dirigir a Vossa Excelência para o fim de fazer encaminhar o anteprojeto de mensagem à Eusébia Assembleia Legislativa do Estado que visa criar um "Fundo Especial de Reequipamento Policial" com recursos oriundos principalmente da arrecadação das taxas de segurança que disciplinam as leis 5.492 de 1967 e 6.070 de 1970.

A Polícia Judiciária do Paraná não tem podido acompanhar o desenvolvimento do Estado e o alcance à atualidade traduzido em esforço compensador mas que significaria diminuir o furo da progressão infra-estrutural e que se lançou o Governo "Paulo Pimental".

Todavia as perspectivas da guerra revolucionária e as modalidades inéditas de crimes que vem sendo praticados, acrescidos da crescente tendência de indisciplina social e núcleos comunitários, impõem uma atenção patriótica de reavaliar os dispositivos institucionais adequando-os à realidade e dotando-os de recursos hábeis a tanto quanto prático ação no combate a fiação delitiva.

Removendo os tradicionais empecilhos burocráticos, o FURENSPOL, carreará para uma imediata, controlada e determinada aplicação, importância oriundas de serviços prestados pelos órgãos da Polícia Civil sob a forma de "Taxas de Segurança", em equipamentos indispensáveis à almejada atualização do aparelhamento policial judiciário.

A criação de Fundos Especiais encontra guarida na legislação permissiva federal, exceto dos artigos 71 e 74 da lei 4.220 de 17 de março de 1964, que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e anteriores exemplos na administração pública estadual como a lei 4955 de 13-11-64 que cria o Fundo Penitenciário e o Decreto 16.541 que o regulamentou; decreto 16376, de 4-9-69 que cria o Fundo Especial para o Desenvolvimento do Programa Habitacional do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Paraná — FUNDEPI; decreto 15607, de 16-6-69 que cria o Fundo Auxiliar de Planejamento Econômico e Social — FAPESS; Dec. 15862, de 4-7-69 que o regulamentou.

Um exame preliminar do assunto pelos órgãos técnicos do Governo mereceu a simpatia unânime e o que é destacável, o apelo das assessorias pela iniciativa e a mais elogiável compreensão do que, efetivamente, produzirá para a tranquilidade pública a sanção Governamental à mensagem em caráter de urgência.

Seguro da favorável apreciação de Vossa Excelência, transformando o anteprojeto anexado em Mensagem Governamental, apresento, neste ensejo, as expressões da minha particular estima e distinto apreço.

a) Gen. Mário Carneiro Fortes

Secretário de Estado

Confere com o original

Em 8-4-70

Assinatura Hegivel

a. Comissão de Constituição e Justiça.

# OFÍCIOS:

Sob o n.º 169-70, do senhor Edgard Dantas Pimentel, presidente da Câmara Municipal de Curitiba, comunicando a esta Casa, a aprovação de Proposição de autoria do senhor vereador Adail Sprengr Passos. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n.º 42-70, do senhor Micanor dos Santos Silva, presidente da Câmara Municipal de Umuarama, comunicando a aprovação de requerimento consubstanciado em arrolamento a fim de criarem os Distritos de Vila Alta e Roberto Silveira, ambos daquele município, por tratar-se de imperativo sócio-político administrativo e se regular em benefício da população daquelas regiões. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n.º 1-70, do senhor Eusebio Vieira dos Anjos, presidente da Câmara Municipal de Balsa Nova, comunicando haver sido eleita e empossada a nova mesa que dirigirá os trabalhos legislativos daquela Câmara, durante o exercício de 1970. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n.º 08-70, do senhor Toyokazu Yamado, presidente da Câmara Municipal de Marialva, comunicando haver sido eleita e empossada a Mesa

que orientará os trabalhos legislativos daquela Câmara, para o exercício de 1970. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n.º 01-70, do senhor Osiris Cereal Siqueira, presidente da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, comunicando haver sido eleita e empossada a Comissão Executiva que norteará os trabalhos legislativos daquela Casa durante o presente ano. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n.º 1-70, do senhor Pedro Dias Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Itaipua do Sul, comunicando haver sido eleita e empossada a nova mesa que dirigirá os trabalhos legislativos daquela Casa, para o exercício de 1970. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n.º 1-70, do senhor Givaldo Gomes de Matos, presidente da Câmara Municipal de Flórida, comunicando haver sido eleita a nova mesa diretora que regerá os destinos daquele Poder Legislativo Municipal durante o exercício de 1970. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

Sob o n.º 100-2-70, do senhor Dr. Alceu Maron, presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, comunicando a aprovação de requerimento do senhor vereador Amim Mussi, consubstanciado em arrolamento no sentido de que esta Casa emvidar os melhores esforços na reformulação da nova Lei Orgânica dos Municípios do Estado do Paraná. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 194-70, do senhor Dr. Alceu Maron, presidente da Câmara Municipal de Paranaguá, comunicando a aprovação de requerimento do senhor vereador Amim Mussi, consubstanciado em congratulações aos ilustres representantes deste Poder, face à promulgação da nova Constituição do Estado do Paraná. — Ao conhecimento da Casa.

Do senhor Cesar Sabbag, prefeito municipal de Curitiba, convidando a Presidência dos Poderes, para as festividades em comemoração ao 27.º aniversário de Curitiba. — Ao conhecimento do sr. Presidente.

## TELEGRAMA:

Do senhor Daniel Gonçalves, presidente da Câmara Municipal de Londrina, nos seguintes termos: Câmara Municipal Londrina, em 11 de março de 1970, em sessão pública, votou a favor da implantação da nova Constituição do Estado do Paraná, aproveitando oportunidade formula, novamente apelo sentido a aprovação da nova Lei Orgânica do Município de Londrina. — Ao conhecimento da Casa.

## REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após oitiva o Plenário, a consignação em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento da sra. Issa Toda, ocorrido hoje nesta Capital.

Requer, outrossim, seja comunicado à família enlutada, da decisão desta Casa.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1970.

(a) — Leopoldo Jacomini

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer que após oitiva o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos do dia 13 de abril um voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. Paulo Carlos Solheid.

Requer ainda, seja comunicada à família enlutada, na pessoa de seu filho Paulo Solheid.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1970.

(a) — Luiz Malacelli

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Vossa Excelência a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento ocorrido dia 13 último, em Londrina, do sr. Archangelo Baccarin, pai do vereador londrinense Zildo Baccarin. Requer ainda que através de telegrama sejam enviados pêsames à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1970.

(a) — Olavo Ferreira

Endereço da família: — Vereador ZILDO BACCARIN  
Câmara Municipal de Londrina

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Vossa Excelência a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento ocorrido dia 13 último, em Londrina, do sr. Archangelo Baccarin, pai do vereador londrinense Zildo Baccarin. Requer ainda que através de telegrama sejam enviados pêsames à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1970.

(a) — Olavo Ferreira

Endereço da família: — Vereador ZILDO BACCARIN — Câmara Municipal de Londrina.

## PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 41-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Normal Estadual Colegiar e a Escola Técnica de Comércio do Alto Piquiri, no município do mesmo nome, para funcionarem a partir do ano letivo de 1971.

Art. 2.º — As despesas, decorrentes com a presente Lei, correrão à conta do voto próprio do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1970.

(a) — Paulo Poli

## JUSTIFICATIVA:

O município de Alto Piquiri, situado na Região Oeste do Paraná, criado em 1961, é das novas comunas permanentes o mais progressista em virtude de possuir uma das mais populosas sedes a de contar com um dos maiores contingentes eleitorais.

Justifica-se a aprovação do Projeto de Lei, considerando-se o fato de que o município conta com dois Grupos Escolares e um Ginásio Estadual na sede municipal, além de contar com sessenta e oito escolas isoladas e mais nove

escolas em construção; sendo que cerca de 1.500 crianças frequentam escolas de ensino primário, na sede do município.

Traria pois aquelas escolas um novo alento aos moços estudiosos da região, e principalmente um progresso maior em todos os setores da vida municipal.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Ivo Tomazoni, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, srs. Deputados. Não poderíamos deixar passar despercebido um acontecimento digno de registro nps Anais da Casa. Inaugura-se, hoje, sr. Presidente e srs. Deputados, o primeiro circuito fechado de televisão em educandário desta Capital. E isso aconteceu no Colégio Estadual do Paraná, colégio de tantas tradições, estabelecimento de ensino que tanto orgulha a terra paranaense, em cujos bancos escolares formaram-se grandes nomes que ocupam, hoje, um lugar de destaque na vida pública e no próprio empresariado paranaense.

É significativo o acontecimento, mesmo quando se sabe que, num futuro próximo, o circuito fechado haverá de transportar as dependências daquele estabelecimento de ensino para, transformando-se numa televisão educativa, com canal próprio, adentrar os lares curitibanos e paranaenses, levando um pouco mais de cultura, um pouco mais de saber, à gente brasileira que aqui vive.

Fica, portanto, registrado o evento, com os cumprimentos que formulamos, desta tribuna ao sr. Diretor, professor Osni Dalcóol, com os nossos votos de que este marco, que é um aprimoramento do ensino de nossa terra, seja um exemplo a mais à seguir na senda do aperfeiçoamento dessa importante equipe da administração pública.

Era só sr. Presidente. (Sem revisão de orador).

O SR. PRESIDENTE — Não há mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente. Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao sr. deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente srs. Deputados. (Lendo): Como antigo professor que dedicou grande parte de sua vida a serviço da educação e, por conseguinte, do futuro da Pátria, e como Deputado que tem se preocupado de modo especial com os problemas educacionais, estou perfeitamente à vontade para fazer uma análise do setor de educação no Governo Paulo Pimentel.

Nunca, é demais repetir o que tenho dito constantemente, nesta tribuna e nas conferências que realizo. Todos os problemas, de um modo ou de outro, se resumem na educação. Entendida esta como investimento e não como despesa, são louváveis todos os esforços e o que se gaste, na construção de escolas, na formação de mestres, na pesquisa e nos aprofundamentos estudos do meio sociológico e dos métodos de ensino, para que este se ajuste à realidade.

Se não existissem outros bastaria o recente concurso para o Magistério Primário, em que mais de 5.000 professoras normalistas ingressaram nos Quadros do Magistério Paranaense, pela porta democrática da avaliação do concurso público.

Isto tem uma significação toda especial e vem beneficiar, de imediato, todo o Estado.

O calendário agrícola, em boa hora implantado ao tempo do então Secretário Cândido Manoel Martins de Oliveira, que realizou uma ótima gestão, está sendo fator de fixação do homem à lavoura e de melhor aproveitamento da infância em idade escolar, na constante mudança dos dias, por necessidade de serviço.

O Estatuto do Magistério Público definiu direitos e deveres do professor, abrindo caminho para a grande aspiração dos mestres paranaenses, que é o quadro próprio do Magistério em pleno vigor e a contento geral.

Não seria possível falar-se em educação, tendo o professor problemas financeiros a resolver. Ganho compatível com a sua alta função, lhe foi dado através aquele importante documento.

A missão do mestre é mais de amor do que profissional. Ele dá aos seus alunos tudo que tem, que é a sua cultura, a sua erudição, a sua instrução. Mas o Estado deve reconhecer o seu trabalho e o valor do mesmo. E o Paraná está na vanguarda, pagando ao professor vencimento compatível com a dignidade de sua função.

O ensino, desde o pré-primário até o universitário, recebeu o carinho e o tratamento devidos pelo Governo Paulo Pimentel.

Centenas de escolas novas têm surgido; nos mais diversos pontos do Estado. O ensino primário estruturado, o médio em franco progresso, permitem a base da universidade, já realidade também no interior, em Ponta Grossa, Londrina e Maringá, atendendo a várias regiões, além de faculdades isoladas, formadoras de professores.

Compreendendo o drama da sub-nutrição, que é uma realidade, veio a merenda escolar, fornecer às crianças as necessárias condições para assimilar melhor o ensino. Ao lado da instrução nas salas de aula, surgiu, num trabalho pioneiro e catequético, a educação sanitária, que, por certo, irradiará as pequenas comunidades, através das crianças. Criou-se o Fundo de Amparo à Pesquisa, um importante acontecimento, cujos frutos logo começaremos a colher. O programa de alfabetização de adultos prossegue no sentido de se erradicar tão complexo flagelo da analfabetismo. A televisão educativa, ao que se anuncia, terá início por estas datas, colaborando, e muito, para a elevação da cultura e para se firmar as bases da educação. No campo específico da difusão da cultura e da arte, através a Biblioteca Pública, a Fundepar e o Teatro Guará, muito tem sido feito. O Festival da Música é uma realidade a se desdobrar como sílaba tônica na grande palavra da arte, da música erudita.

E o atual Secretário da Educação, dr. Nelson Luiz Panayá, com a experiência de sua atuação frente à Fundepar e seu espírito jovem e dinâmico e consciente de sua importante missão, mostra, já nos seus primeiros dias de gestão, sua capacidade, seu desprendimento pela causa pública e o seu amor à educação e à cultura, impulsionando a Faeta que dirige.

O sr. Erondy Silveira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estou acompanhando com grande interesse, o discurso de V. Exa., e concordo plenamente quando diz que o Ilustre secretário de Educação, dr. Panayá, é jovem e dinâmico. É realmente um jovem dinâmico que poderá, à testa da Secretaria de Educação e Cultura, fazer uma boa administração. Por enquanto, vamos ficar com a juventude e o seu dinamismo.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Venho, pois, que o Governo Paulo Pimentel não se destaca apenas nos setores materiais do transporte, da energia, das construções de cimento armado, mas, também, na educação, como um Governo compreensivo, humano e consciente do seu compromisso com o amanhã do Brasil! — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores, está livre a palavra, (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da palavra, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

— REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 248-69, autorizado ao Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública, o "Serviço de Obras Sociais" — S.O.S., com sede em Maringá. — Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 248-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública, o "Serviço de Obras Sociais" — S.O.S., —, com sede na Cidade de Maringá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

aa) Ivo Tomazoni — Presidente  
Agnaldo Pereira Lima — Relator

— 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 267/69, de autoria do dep. Luiz Renato Malucelli, que autoriza o Poder Executivo, conceder a Elza Posselt, pensão de NCr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros novos). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

— 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 260-69, de autoria do dep. Ernesto Moro, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de NCr\$ 25,00 (vinte e cinco cruzeiros novos), a Maria Serafina Fernandes viúva de Leônicio Fernandes. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado artigo por artigo.

— 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 229-68, de autoria do dep. Olavo Ferreira, que fixa os vencimentos do Consultor Geral, Advogado Geral e dos Procuradores do Quadro especial da Consultoria Geral do Estado, a partir de 31.5.68, e dá outras providências. Pareceres CONTRÁRIOS da C. C. J. e C. F. — Rejeitado.

#### PROJETO DE LEI N.º 229-68

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Ficam fixados em NCr\$ 1.500,00 e NCr\$ 1.450,00 — 1.400,00 os vencimentos de Consultor Geral do Estado do Advogado Geral do Estado e dos Procuradores do Quadro Especial da Consultoria Geral do Estado respectivamente a partir de 1 de maio de 1.968.

§ 1.º — Os proventos dos inativos serão fixados na mesma base dos vencimentos atribuídos aos servidores em atividade, respeitado o critério pelo qual foram aposentados.

§ 2.º — Os proventos dos inativos que ocupavam os cargos extintos de Sub-Consultor, ficam fixados em NCr\$ 1.450,00.

Art. 2.º — É vedada a vinculação ou equiparação de qualquer natureza, nos termos do art. 61 da Constituição do Estado.

Art. 3.º — As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrá pela dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 4 de junho de 1.968.

(a) Olavo Ferreira

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 229-68

1. O projeto ora sob exame, de autoria do nobre deputado Olavo Ferreira, apresentado nesta Casa em 4 de junho de 1968 e restaurado em 30 de Setembro do mês e ano, não encontra sustentáculo nas disposições constitucionais e legais vigentes. Além disto, as classes funcionais ajudadas pelo Ilustre parlamentar, já foram beneficiadas com novas tabelas de vencimentos. (Reavaliação de Cargos).

Nestas condições, o nosso parecer é pela Rejeição do Projeto primitivo e do restaurado.

Sala das Comissões, em 19 de novembro de 1.969.

(aa) Emílio Carrazal — Presidente  
Abrahão Miguel — Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 229-68

Em que pese a boa intenção do nobre deputado Olavo Ferreira, quando da elaboração do presente plano de Lei — que fixa vencimentos de funcionários da Consultoria Geral do Estado, o mesmo fere dispositivos constitucionais, razão pela qual somos forçados a emitir nosso parecer pela sua rejeição.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 5 de fevereiro de 1.970.

(aa) Leopoldo Jacomel — Presidente  
Ernesto Moro — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Archangelo Bacarrin. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Luiz Malucelli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Paulo Carlos Solheid. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos sr. Issa Toda. — Aprovado.

— Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 16, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 123-69;  
3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 260-69;  
1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 108-69.  
Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura

Ata da 14.ª Sessão Extraordinária

Realizada em 15 de Abril de 1970

Presidência do sr. deputado Arthur de Souza, secretariada pelos srs. deputados Gabriel Manoel e Haroldo Bianchi.

As 15,10 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olívio Belch, Leopoldo Jacomei, Agnaldo Pereira Lima, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Jr., Armando Queiroz, Abrahão Miguel, Arnaldo Busato, Emilio Carrazzi, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Igo Lossó, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olavo Serreira, Olivir Gabardo, Ovidio Tomazoni, Paulo Camargo, Paulo Polif Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Silvio Barros, Túlio Vargas e Wilson Fortes (37).

Verificada a existência de número legal, o Presidente declara aberta a Sessão EXTRAORDINÁRIA destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sib a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede a leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.  
Passa-se a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 srs. Deputados;  
Em discussão a seguinte Proposição:  
— DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 3-70, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 114-69, de autoria do dep. Arthur de Souza, que cria uma Circunscrição de Trânsito na sede do Município de Colorado. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão.  
O SR. PRESIDENTE — Em votação a Proposição n.º 3-70.

O SR. IVO TOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicitará da Mesa, a possibilidade das demais Proposições serem votadas englobadamente.

O SR. PRESIDENTE — O nobre deputado Ivo Tomazoni, requer que, ouvido o Plenário, se faça a votação englobadamente, das demais Proposições constantes da Ordem do Dia. — Aprovado.

Nestas condições, em discussão as seguintes Proposições: 215-69 e 307-69.  
— DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 215-69, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 298-68, de autoria do dep. Ivo Tomazoni, integra na Guarda Civil e Subordinada a seu Diretor, a Sub-Divisão, da Rádio Patrulha da Divisão Policial da Capital. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão.  
— DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 307-69, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 145-69, autoria Governo do Estado — Mensagem n.º 37-69, encaminhando anteprojeto de Lei que visa a Criação das Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa e da Federação das Escolas Superiores de Curitiba. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão.

O SR. PRESIDENTE — O sr. 1.º Secretário irá proceder à chamada nominal dos srs. Deputados para votação secreta.

(E feita a chamada dos srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — Votaram 37 srs. Deputados. A Mesa designa os srs. deputados Fabiano Braga Côrtes, Olavo Ferreira e Roberto Wypych para comporem a Comissão Escrutinadora.

(A Comissão designada procede ao escrutínio)

O SR. PRESIDENTE — O resultado da votação foi o seguinte:

1 sr. Deputado votou "sim";  
14 srs. Deputados votaram "não";  
22 votos em branco. — Mantidos os vetos, rejeitados os Projetos.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Wilson Fortes, que se a lido pelo sr. 1.º Secretário.

O SR. 1.º SECRETARIO — (Lendo):

REQUERIMENTO:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Vossa Excelência, seja constituída uma Comissão de Deputados para acompanhar o senhor Governador do Estado, na visita que o mesmo fará aos Municípios de Paranavai e Nova Esperança.

Sala das Sessões, em 15 de abril de 1970.

(a) Wilson Fortes. — Em votação — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa designa os srs. deputados Wilson Fortes, Abrahão Miguel e Pinto Dias para comporem a comissão que acompanhará S. Exa., o sr. Governador, em sua visita aos Municípios de Paranavai e Nova Esperança.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra amanhã, dia 16, quinze minutos após a realização da sessão ordinária com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — das Proposições nrs.: 4-70, 314-69 e 315-69.  
Levanta-se a Sessão.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 167-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 962-70, de 27 de fevereiro de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

conceder de acordo com o Art. 67, Inciso I, da Constituição Estadual, a Israel Diniz, ocupante do cargo de nível PL "21", da carreira de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, o acréscimo quinzenal de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, a partir de 29 de janeiro de 1970, data em que completou quinze (15) anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento (15%).

Palácio "Dezanove de Dezembro" em 15 de abril de 1970.

a) Francisco Escorsin — Presidente  
a) Gabriel Manoel — 1.º Secretário  
a) Haroldo Bianchi — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 168-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Desdobrar no Orçamento Analítico da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para exercício de 1970, aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 52-70, de 27 de fevereiro de 1970, as seguintes subconsignações:

I — Consignação: 3.1.3.6. — Serviços de Terceiros

Subconsignação: 3.1.3.0.02 — Passagens, Transportes de Pessoas e de suas bagagens

a) Gabinete da Presidência	NCr\$	10.000,00
b) Gabinete da 1a. Secretaria	NCr\$	10.000,00
c) Gabinete da 2a. Secretaria	NCr\$	8.000,00
d) Administração	NCr\$	2.000,00

II — Consignação: 3.1.3.0. — Serviços de Terceiros

Subconsignação: 3.1.3.0.12 — Serviços de Alimentação

a) Gabinete da Presidência	NCr\$	1.000,00
b) Gabinete da 1a. Secretaria	NCr\$	1.000,00
c) Gabinete da 2a. Secretaria	NCr\$	1.000,00
d) Administração	NCr\$	4.500,00

III — Consignação: 3.1.4.0. — Encargos Diversos

Subconsignação: 3.1.4.0.03 — Representações, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens

a) Gabinete da Presidência	NCr\$	45.000,00
b) Gabinete da 1a. Secretaria	NCr\$	45.000,00
c) Gabinete da 2a. Secretaria	NCr\$	30.000,00
d) Gabinete da 1a. Vice-Presidência	NCr\$	4.000,00
e) Gabinete da 2a. Vice-Presidência	NCr\$	4.000,00
f) Gabinete da 3a. Secretaria	NCr\$	3.000,00
g) Gabinete da 4a. Secretaria	NCr\$	3.000,00
h) Liderança da ARENA	NCr\$	3.000,00
i) Liderança do M.D.B.	NCr\$	3.000,00
j) Administração	NCr\$	23.445,00

IV — Consignação: 3.2.1.0. — Subvenções Sociais

Subconsignação: 3.2.1.5.1 — Instituições Educativas e Culturais

a) Gabinete da Presidência	NCr\$	10.000,00
b) Gabinete da 1a. Secretaria	NCr\$	10.000,00
c) Gabinete da 2a. Secretaria	NCr\$	8.000,00
d) Administração	NCr\$	22.900,00

V — Consignação: 3.2.1.0. — Subvenções Sociais

Subconsignação: 3.2.1.5.2 — Instituições de Assistência Social

a) Gabinete da Presidência	NCr\$	11.000,00
b) Gabinete da 1a. Secretaria	NCr\$	11.000,00
c) Gabinete da 2a. Secretaria	NCr\$	8.000,00
d) Administração	NCr\$	10.000,00

VI — Consignação: 3.2.1.0. — Subvenções Sociais

Subconsignação: 3.2.1.5.3 — Instituições de Saúde Pública

a) Gabinete da Presidência	NCr\$	13.000,00
b) Gabinete da 1a. Secretaria	NCr\$	13.000,00
c) Gabinete da 2a. Secretaria	NCr\$	9.000,00
d) Administração	NCr\$	5.500,00

VII — Consignação: 3.2.1.0. — Subvenções Sociais

Subconsignação: 3.2.1.6.1 — Assistência Social

a) Gabinete da Presidência	NCr\$	4.000,00
b) Gabinete da 1a. Secretaria	NCr\$	4.000,00
c) Gabinete da 2a. Secretaria	NCr\$	4.000,00
d) Gabinete da 1a. Vice-Presidência	NCr\$	2.500,00
e) Gabinete da 2a. Vice-Presidência	NCr\$	2.500,00
f) Gabinete da 3a. Secretaria	NCr\$	2.500,00
g) Gabinete da 4a. Secretaria	NCr\$	2.500,00
h) Liderança da ARENA	NCr\$	2.500,00
i) Liderança do M.D.B.	NCr\$	2.500,00
j) Administração	NCr\$	1.143.000,00

Palácio "Dezanove de Dezembro", em 15 de abril de 1970.

a) Francisco Escorsin  
a) Gabriel Manoel  
a) Haroldo Bianchi